

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

ATA

--- No dia nove de março do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Soure, convocada nos termos do Regimento para a sua quinta Reunião Ordinária, estando presentes o Senhor Presidente da Câmara, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, eleito pelo PS, e os Senhores Vereadores: Dra. Nádia Filipa Antunes Madeira Gouveia, eleita pelo PS; Eng.º Agostinho José Jordão Gonçalves, eleito pelo PPD/PSD-CDS/PP-PPM; Américo Ferreira Nogueira, eleito pelo PS; Dr. Gil António Contente Soares, eleito pelo PS; Dra. Manuela Santos, eleita pela CDU e Ana Patrícia Alves Pereira, eleita pelo PS.-----
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Informação Financeira

- 3.1. Resumo Diário de Tesouraria
- 3.2. Encargos e Compromissos

Ponto 4. Apreciação das Proposta de Ata

- 4.1. - 28.06.2019
- 4.2. - 08.07.2019

Ponto 5. **LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO**

- . Música ao Vivo – Café Capuchinho
- Dia 28 de fevereiro de 2020 – Para Ratificação

Ponto 6. **EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

- . Programa Eco-Escolas 2019/2020 – Projeto “O Mar Começa Aqui” - Para Conhecimento

Ponto 7. **EDUCAÇÃO**

- Dia Mundial da Saúde Oral

Ponto 8. **EDUCAÇÃO/DEFESA DA FLORESTA**

- . DIA DA ÁRVORE E DA FLORESTA – 21 DE MARÇO DE 2020
- Programa “Floresta Comum”- Para Conhecimento

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Ponto 9. EDUCAÇÃO // CULTURA

- . Cortejo Infantil de Carnaval 2020
- Balanço - Para Conhecimento

Ponto 10. CULTURA

- . AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA
- . Programa Integrado de Promoção da Leitura
 - Semana da Leitura 2020
 - . 12 e 13 de março – Presença das Autoras Danuta e Joana Duarte
 - Jardins e Escolas do 1.º Ciclo do Concelho - Para Conhecimento

Ponto 11. AÇÃO SOCIAL E REDE SOCIAL

- . HABITAÇÃO SOCIAL // APOIO AO ARRENDAMENTO
- N.º Processo: 37/2020 - APA

Ponto 12. AÇÃO SOCIAL//AÇÃO SOCIAL E REDE SOCIAL

- . Estabelecimento de Parcerias/Protocolos
- . Deliciosas Diferenças – Cooperativa de Responsabilidade Limitada - CRL
- Carta de Compromisso de Investimento Social

Ponto 13. PROTEÇÃO CIVIL

- . Ações de Controle e Combate à Vespa Asiática e Outras Pragas
- 13.1. Aquisição de Equipamento
- 13.2. Aquisição de Serviços

Ponto 14. PROTEÇÃO CIVIL

- . ESTUDOS E PROJETOS
- Aviso - EEA Grants – No Âmbito da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas 2020
- Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Soure - PMAACS
- . Elaboração

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO /REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS
- . Troço da EM 342 na Zona de Santo Isidro
- Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Ponto 16. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Fornecimento de Seguros Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais (Incluindo Autarcas e Bombeiros), Responsabilidade Civil e Multiriscos, ao Abrigo do Acordo-Quadro para Fornecimento de Seguros da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
- . Processo Contratação Pública – S110/2019
 - Minuta de Contrato – Para Ratificação

Ponto 17. RECURSOS HUMANOS

- . Mobilidade Interna Entre Órgãos para Preenchimento de Um Posto de Trabalho na Carreira/Categoria de Técnico Superior - Jurista
 - Término do Procedimento - Para Conhecimento

Ponto 18. HORA DO PLANETA 2020

- Proposta de Adesão

Ponto 19. Demolição de Prédio em Ruínas – Processo: 11/2020/03 – Casalinhos

- . Aprovação do Auto de Vistoria
 - Dispensa de Audiência Prévia nos Termos do CPA e Determinação da Ordem de Demolição

Ponto 20. PIPSC – Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica Estudo e/ou Projeto de Execução

- . Resolução do Conselho de Ministros N.º 50/2019, de 5 de março
- . Pedreira “Gesseira S. José do Pinheiro” - n.º da Licença 392 (Classe 1)
- . Sita em: Freguesia de Soure, Concelho de Soure
- . Firma: Agrepor Agregados – Extração de Inertes, SA

Ponto 21. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . RESÍDUOS
 - . POSEUR-11-2019-25 – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS
 - . Recolha Seletiva Multimaterial Porta-a-Porta na Vila de Soure
 - Escolha de Procedimentos

21.1. Contentores Domésticos para Deposição de Seletiva, Sistema de identificação e Localização, Sistema de Pesagem e Software de Controlo do Sistema

21.2. Aquisição de Compactador de Resíduos

21.3. Aquisição de Viaturas para Recolha Seletiva de Resíduos

21.4. Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Ações de Informação e Sensibilização

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

- Ponto 22. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**
. FATACIS E FEIRA DE S. MATEUS//2020
- Constituição da Comissão Executiva
- Ponto 23. **DEFESA DO MEIO AMBIENTE – JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO**
. AVALIAÇÃO DE ÁRVORE DO JARDIM DA PRAÇA DA REPÚBLICA
- Informação
- Ponto 24. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE**
. APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA
. Centro Inovação Social
- Aprovação do Projeto de Execução Revisto
. Escolha do Procedimento Prévio
- Ponto 25. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - OUTRAS**
. OUTRAS AÇÕES
. Processo Nº 175/19.5 BECBR – TAFC - Obras de Demolição de Construção
- Escolha do Procedimento Prévio
- Ponto 26. **SERVIÇOS MUNICIPAIS**
. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
- Estudos, Pareceres e Consultadoria
- Aquisição de Serviços na Área Jurídica
. Abertura de Procedimento Prévio
- Ponto 27. **SAÚDE**
- Plano de Contingência COVID-19

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “comemorou-se ontem o Dia Internacional da Mulher, já na própria Assembleia Municipal, por tradição, são sempre aprovadas moções de incentivo às Mulheres e à sociedade em geral, para vincar os direitos e dar mais direitos, mais discriminação positiva no sentido de um maior equilíbrio na sociedade com igualdade de direitos, com igualdade de tratamento, igualdade de oportunidades. Aquilo que posso dizer é que a minha apreciação, é que os direitos das mulheres são direitos fundamentais para toda a Humanidade, portanto, aquilo que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagrada pelas Nações Unidas, contempla, obviamente, a redundância dos Direitos das Mulheres. Ao cumprirmos uns estamos a cumprir todos. Também é uma tradição de um grupo alargado de funcionárias do Município, solicitarem alguma tolerância na hora de almoço, porque se costumam juntar.

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Foi o que me foi solicitado no final da semana passada, tendo autorizado a que os serviços de atendimento ao público tivessem sido encerrados à hora de almoço para que todas pudessem confraternizar, evidenciar a sua presença e a sua força, a força de trabalho que representam para o Município. Simbolicamente, e também não é a primeira vez, em nome do Executivo, distribui uma flor a todas as funcionárias, quer as que trabalham aqui no edifício, quer as que trabalham fora e as Senhoras Vereadoras, quando se sentaram, tinham aí o mesmo simbolismo.

Como sabem, nós, desde novembro, temos um novo contrato com uma empresa prestadora de serviços na área da recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados e, portanto, o Município continua a recolher, quer todo o território a nascente do limite físico da autoestrada do Norte e também, com este novo contrato, com a Área Urbana da Vila de Soure. Temos feito alguns investimentos, algumas candidaturas apresentadas mas para a recolha de resíduos sólidos, do ponto de vista diferenciado, portanto recolha de resíduos já selecionados, monos, oleões e outro tipo de resíduos; tem havido uma motivação muito forte, até com orientações da própria União Europeia e que encontram nos programas estratégicos para a recolha de resíduos e temos que atingir metas a esse nível e daí têm sido direcionado o esforço do Município de Soure a par daquilo que é feito a nível nacional. Ainda há pouco tempo fizemos um investimento numa das nossas viaturas, numa máquina de recolha e compactação e têm sido sujeitas a permanente manutenção e inspeções obrigatórias, têm cumprido os requisitos mínimos para esse grau de satisfação, mas no final da semana passada tomei conhecimento que o Município de Alter do Chão tinha também adotado a modalidade de prestação de serviços e estava a vender a sua viatura, por proposta, em carta fechada e que termina amanhã; uma viatura igual a uma das nossas, precisamente igual àquela que levou um investimento de quase 20.000,00 euros na sua caixa de compactação e hoje pedi a uma equipa, onde foi o Senhor Gildo Costa, que é o Diretor de Tráfego do Município e responsável pelo sistema de gestão de viaturas, juntamente com o Chefe de Oficina e um mecânico, e acabaram de chegar, tendo verificado o estado da viatura. Ela está com um preço base de 4.000,00 euros e, portanto, está a ser avaliada, estão a fazer pesquisa e vêm com informações de que valerá a pena investir na aquisição da mesma, ainda que a própria caixa precise de uma reparação idêntica àquela que nós mandámos fazer no fabricante em Rio Maior e, portanto, nessas circunstâncias, vou-vos comunicar que no fim da reunião, reunindo com esses técnicos, para um investimento desta grandeza, irei tomar uma decisão com eles, nesta avaliação, de modo a que, na proposta em carta fechada não ultrapassa, de modo algum, a dezena de milhares de euros pressupondo que depois é preciso investir mais 15.000,00 euros na caixa. Nós temos três viaturas, uma é para abater pois já não circula e ficaremos sempre com uma viatura de recurso, que é sempre necessário ter porque andando duas viaturas a fazer recolha tem que estar uma suplente porque se uma das outras vai para revisão ou tem uma avaria, nesse dia não temos condições para. É uma

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

questão que tem uma importância gestonária ou política porque não estamos a comprar um carro novo, estamos a fazer um investimento nalgum equipamento.

Há um ponto onde vamos falar do nosso Plano de Contingência para o COVID-19, a epidemia provocada pelo Corona vírus, falaremos sobre o ponto da situação.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia, referiu que: “como sabem, ontem assinalou-se o “Dia Internacional da Mulher” e eu gostaria de saudar as respetivas moções votadas e aprovadas, por unanimidade, na última Assembleia Municipal e, naturalmente, associar-me às mesmas. Em muitos Municípios têm existido diversas iniciativas associadas a esta temática, como a Semana da Igualdade, conferências, workshops... porque, de facto, é um dia que devemos continuar a assinalar, não apenas em homenagem a todas as Mulheres que, no passado, foram discriminadas e que lutaram pela igualdade de direitos, pela igualdade salarial, por melhores condições de trabalho, por melhores condições de vida, mas também porque apesar de todos os progressos assinaláveis, e foram já muitos, ainda há um caminho a percorrer até à efetiva igualdade de género. É preciso promover a igualdade de oportunidades e a não discriminação, e combater todo e qualquer tipo de violência e, para isso, é necessário envolver todos, mulheres e homens, é preciso mudar mentalidades... Foi-nos entregue uma flor, eu saúdo, já é tradicional fazer-se isso, mas esta deve ser também entregue aos homens, porque todos devemos estar envolvidos nesta temática, e quando isso acontecer é porque a igualdade será efetiva.

A Lei da Paridade foi positiva, mas continua a ser claramente necessária para garantir o espaço das mulheres, pois continua a existir uma sub-representação das mulheres em lugares de decisão e de liderança e em cargos políticos, mesmo tendo mérito, mesmo tendo qualificações e mesmo existindo um diferencial de mais mulheres com grau académico superior.

Termino referindo um artigo de opinião, da semana passada, de António Guterres... *“precisamos de uma igualdade de género assente numa igualdade de poder porque só assim teremos uma plena cidadania”*. Portanto, enquanto Vereadora, gostaria de saudar todas as Mulheres pela sua capacidade, pela sua competência, sentido crítico e iniciativa, apelando à sua maior participação e mobilização na defesa da igualdade que é legítima e é de todos, como disse, e bem, de Homens e de Mulheres e em prol de uma sociedade mais justa e mais democrática.”

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “em meu nome e do partido que represento, saudar todas as mulheres e associar-nos às moções que foram aprovadas na Assembleia Municipal. Todos nós estamos aqui porque existiram mulheres, também homens mas se não fossem as mulheres não estaríamos aqui; em casa tenho três, conheço bem a natureza, o que são as mulheres, as dificuldades que elas passam para singrarem na vida e para terem os mesmos direitos que os homens. Venho de uma família que éramos cinco homens e uma mulher em casa e, portanto, sei bem o que é que a minha mãe passou e as

**05.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

dificuldades. Portanto, quero-me associar a este Dia Internacional da Mulher, às moções que foram aprovadas e dizer que a luta das mulheres pela igualdade continua e um dia será atingida.

Relativamente a uma entrevista que foi dada ao Jornal O Popular de Soure, pelos Dirigentes da Associação de Futebol de Vinha da Rainha. Tinha algum conhecimento mas era disperso e gostaria que o Senhor Presidente desse aqui uma explicação, uma entrevista em que o Presidente da Associação de Futebol - Paulo Ramalho -, uma pessoa que todos nós conhecemos, diz *“quanto ao Município tenho aqui alguns entraves pois não consigo entender como é que o Campo da Vinha da Rainha ainda não teve nenhuma manutenção mensal, não consigo compreender como é que andam há quatro anos para conseguir um contrato com uma empresa de manutenção de aquecimento de água”*. Depois, o jornalista pergunta se os jogadores não tomavam banho... à qual responde *“não, nada disso mas quando aquilo avaria temos que improvisar e pedir ajuda à Câmara porque a Câmara há quatro anos que nada faz para a manutenção do sistema de aquecimento e mais, o mais grave mesmo é a situação do relvado estar há oito meses sem manutenção. Não consigo perceber isso”*. Queria, de forma clara, perguntar ao Senhor Presidente o que é que se passa, uma explicação racional para esta situação porque estar oito meses sem manutenção degrada o equipamento. Veio aqui uma adjudicação mas foi retirada porque havia um problema. Queria perguntar ao Senhor Presidente o que é que se passa.”-----

O Senhor Vive-Presidente Américo Nogueira referiu que: “aproveitava para responder ao Senhor Vereador Eng. Agostinho, independentemente da resposta que o Senhor Presidente vai dar. Gostaria de dizer que em reuniões realizadas comigo nas minhas áreas de intervenção e das quais sou responsável, com o Presidente da Associação da Vinha da Rainha, Paulo Ramalho, há 3 ou 4 meses, todos os assuntos em discussão foram tratados, ou seja, o técnico responsável pela manutenção de alguns equipamentos, nomeadamente o Senhor Rodrigues, deslocou-se ao local com a sua equipa e fez aquilo que nos foi solicitado. Também o Senhor Chefe de Divisão, Eng.º Oliveira, deslocou-se ao equipamento com técnicos, nomeadamente eletricitas e pessoal do setor de águas para fazer aquilo que o Senhor Presidente da Vinha da Rainha nos pediu, independentemente daquilo que é normal falar-se nos jornais e é normal dizer-se da Câmara, quando não se gosta. No entanto, queria dizer que a Câmara Municipal de Soure, a exemplo do que tem feito, não só com a Vinha da Rainha mas também com outros clubes e sempre que é solicitada, tem-os apoiado sempre. Não podemos é adivinhar e o Senhor Paulo Ramalho pode dizer aquilo que entender, não pode é acusar os serviços daquilo que ele próprio não faz, porque não tenho nenhum pedido de reunião do Senhor Presidente da Vinha da Rainha a pedir qualquer intervenção no campo e, na única reunião que nós fizemos, no próprio campo, as intervenções pedidas foram realizadas.

À semelhança dos anos anteriores e como já tinha informado aqui em reunião de Câmara, em colaboração com os Presidentes de Junta o Destacamento da GNR de Montemor-o-

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Velho e no âmbito da Operação Floresta Segura 2020, preparámos sessões de Esclarecimento sobre o Comportamento de Risco Associados ao Uso do Fogo e Defesa de Pessoas e Bens, segundo o seguinte cronograma: a primeira decorreu nas Degracias/Pombalinho, no dia 5 de março, às 20,00 horas e as restantes respeitarão a seguinte ordem: Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Gesteira/Brunhós, Samuel, Soure, Tapeus, Vila Nova de Anços, Vinha da Rainha e Alfarelos. Dado que no dia 5 de março apenas esteve presente uma pessoa, provavelmente em resposta ao Plano de Contingência da Covid-19, entendemos e vamos comunicar aos Senhores Presidentes de Junta, adiar estas sessões e esperar que as coisas melhorem a nível nacional, para ativar o programas sessões de esclarecimento. Não vale a pena estarmos a promover sessões para uma ou duas pessoas, correndo riscos de saúde pública.

A terminar, saudar o Dia Internacional da Mulher e, aqui em particular, as minhas colegas Vereadoras que estão muito bem representadas no nosso executivo. São elas próprias um exemplo vivo de que também em Soure, em termos de mulheres e no que diz respeito à sua participação na vida cívica, estamos muito bem representados.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “o dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher, é uma data com história, representa um dia para assinalar uma luta que, na nossa opinião, deve ser de todos os dias. Em 1910, o Dia Internacional da Mulher foi proclamado por proposta da alemã Clara Zetkin, foi concebido como uma jornada de luta organizada pelas mulheres trabalhadoras, contra a exploração e a guerra, por direitos políticos e sociais, melhores salários e pelo socialismo. Este dia transformou-se numa jornada mundial, um símbolo de luta das mulheres contra todas as formas de opressão e exploração, pelos seus direitos próprios e pela paz, razões que, na nossa opinião, permanecem até aos dias de hoje. As mulheres exigem melhores condições de vida e trabalho com direitos, tempo para trabalhar e descansar, tempo para si, para a família e, em particular, para os filhos, tempo para participar na vida social, política, cultural e desportiva. As mulheres exigem a igualdade na lei e na vida, saúdo, assim, todas as mulheres do mundo, em particular as mulheres do Concelho de Soure e deixo aqui uma saudação também, especial, às mulheres que trabalham na Câmara Municipal de Soure.

Gostaria de ter feito este cumprimento no almoço, que soube à chegada desta reunião, realizado hoje com as senhoras funcionárias do Município mas nós só podemos aparecer naquilo que temos conhecimento e para os quais fomos convidados, mas deixo aqui a minha saudação a todas as mulheres.

Um assunto diferente e que me está a preocupar, e certamente a todos nós, e tem a ver com aquilo que vem escrito na comunicação social, tem a ver com a água. Tomámos conhecimento da contestação social das populações relacionadas com o preço de água e os valores que estão a aparecer nas faturas mensais na área geográfica da empresa intermunicipal do Pinhal Interior. Os valores constantes nas faturas e também a ausência de

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

resposta de alguns dos responsáveis autárquicos levantam-nos sérias preocupações. Centrando a minha preocupação no Concelho de Soure, a CDU, face às informações aquando da discussão sobre a solução a encontrar para este grande tema que é a água e o fornecimento da água às populações, face às informações, dizia eu, lançadas pela Câmara Municipal, pelo Senhor Presidente e que tinha a ver com a rotura em algumas captações do Concelho, a elevada perda de água tratada, elevado montante financeiro para fazer face, por si, ao investimento no setor, ausência de escala para concorrer a apoio financeiro comunitário, tendo em conta estas premissas viabilizamos a solução integrada que foi a constituição da empresa intermunicipal. Apesar disto, sempre manifestámos a nossa preocupação com este setor, a ausência de investimento ao longo de vários anos a fim de evitar um nível de degradação existente e sempre defendemos que a água é um bem público, que deve estar acessível a todos e não deve ser uma área de negócio. Senhor Presidente, vendo o que está a acontecer e a contestação existente noutros Concelhos e tendo em conta que dos estudos apresentados, a todos nós, da empresa intermunicipal, não se previa o aumento do preço da água num cenário próximo de curto prazo para os Municípios do Concelho de Soure. Também entendíamos que os resultados positivos desta empresa não deveriam ser à custa do preço da água ou não deveria ser paga à custa dos Municípios do Concelho. Esta garantia continua, Senhor Presidente? é a pergunta que lhe coloco, será que podemos continuar a confiar nesta premissa e nesta garantia que nos foi dada aquando da discussão deste tema?!”-----

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “sobre o Dia Internacional da Mulher partilho de tudo o que foi dito pelas Senhoras e Senhores Vereadores que me antecederam. Sobre a atividade municipal, referir que em termos de Filarmonias se realizaram quatro concertos: dois pela Banda do Cercal, dois pelo Grupo Musical Gesteirense, nas Freguesias de Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Samuel e Alfarelos. No próximo fim de semana, dado o aniversário da Sociedade Filarmónica Vilanovense, não teremos Filarmonias, que retomarão no fim de semana seguinte com mais dois concertos pela Banda Filarmónica 15 de Agosto Alfarelense.

Destacar uma iniciativa particular de uma jovem do Concelho de Soure, Cátia Castanheira, uma jovem da Ribeira da Mata que apresentou, no dia 29 de fevereiro, na Associação da Granja do Ulmeiro, um livro em que, de facto, muita gente esteve presente, estive eu, o Senhor Vice-Presidente e é de assinalar uma jovem que teve a coragem de partilhar os seus sentimentos, a sua forma de pensar e foi com enorme satisfação que presenciámos à apresentação daquele livro.

Referir que se realizou, no dia 27 de fevereiro, uma reunião da Modalidade Alargada da CPCJ. Uma iniciativa que queria aqui destacar, porque foi descentralizada, foi realizada nas instalações da APPACDM de Soure, onde tivemos o prazer, mais uma vez, principalmente os que não conheciam, conhecer as respostas sociais que a APPACDM apresenta numa área

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

bastante importante. Quando aqui falamos de igualdade de género também há outras igualdades e cada vez temos que lutar mais por elas e a APPACDM tem um trabalho meritório nesta matéria.

Foi-nos também mostrada a resposta dada pela Cooperativa Deliciosas Diferenças, um ponto que temos mais à frente para discutir mas que, de facto, é bom ver no terreno a resposta que ali é dada, já com muitos cooperantes; tem um trabalho extremamente meritório e é importante ver no terreno as dificuldades porque eles passam para depois, quando tomarmos aqui as decisões de apoio, percebermos o impacto que vai ter na vida daquelas pessoas, numa área tão importante como é também a saúde mental.

Tivemos, aqui no Salão Nobre, uma reunião do Plenário do CLAS, com assuntos bastante diversificados, onde, para além de analisarmos várias atividades do Município com impacto no terreno, como a tele-assistência a idosos, Movimento por um Sorriso, o Programa Abem, o Programa Cegonhas e de questões levantadas pelos membros do CLAS, tivemos a apresentação, por parte da Santa Casa da Misericórdia, do CLDS 4G, que se iniciou recentemente, onde foi apresentada a equipa de trabalho, onde foi apresentado o plano de ação para estes 36 meses. A Senhora Presidente e mais dois membros da CPCJ de Soure apresentaram o Observatório de Saúde Mental e a Rede Psicossocial. Tivemos também um parceiro, que tem sido pouco utilizado mas que é de enorme importância, que é o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Coimbra, que é uma ferramenta para uma população predominantemente envelhecida onde há problemas de conflitos de pequeno consumo na área de telecomunicações e afins, em que até aos 5.000,00 euros este Centro de Arbitragem faz a mediação e a resolução do conflito sem qualquer custo para o cidadão, portanto, para além da informação, há também o acompanhamento jurídico. É um parceiro muito importante. Recentemente, abrimos, aqui no Município, o Centro de Informação Autárquica ao Consumidor que trabalhará com este Centro de Arbitragem. Também aproveitámos para apresentar os outros gabinetes que, recentemente, entraram em funcionamento no Município e que brevemente irão instalar-se nas novas instalações, num edifício arrendado, que já veio à reunião de Câmara.

Destacar que no passado dia 3 de março estive, com o Senhor Presidente, na Assembleia da República, na apresentação do Atlas da Saúde, no âmbito da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. Aprovámos, aqui na reunião de Câmara de 29.08.2019, a nossa participação neste projeto, desenvolvido por uma equipa de investigação da Universidade de Coimbra coordenada pela Professora Doutora Paula Santana. O início foi a apresentação na Assembleia da República, é um trabalho para três anos e meio, com um investimento global de 48.000,00 euros. É um trabalho que estará disponibilizado numa plataforma online de acesso público e o objetivo da construção deste Atlas é permitir e caracterizar o estado de saúde dos 57 municípios aderentes e fazer o levantamento de dados estatísticos dos vários municípios para perceber quais os problemas, fazer um diagnóstico para depois melhor orientar as políticas públicas para ir ao encontro das necessidades da população numa área,

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

também muito sensível, como é a saúde. Para além disto, este Atlas da Saúde é uma ferramenta essencial para a elaboração ou revisão da Carta de Saúde, do perfil de saúde e de outros documentos estratégicos ligados à área e, nesse sentido, convidámos a Professora Paula Santana, coordenadora deste grupo de investigação, para trabalhar connosco no Concelho de Soure na elaboração, na revisão da Carta de Saúde, o perfil de saúde, para melhor fazermos face a um processo de descentralização que, como já foi anunciado publicamente pelo Senhor Presidente, pretendemos agarrar antes de 2022. Portanto, é necessário munir-mo-nos de um conjunto de documentos estratégicos nesta área para melhor assumirmos estas novas competências.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “relativamente à intervenção do Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, fala na entrevista que o Senhor Paulo Ramalho, Presidente da Secção Desportiva da Associação da Vinha da Rainha, deu a um jornal local. O Senhor Vice-Presidente, e bem, respondeu formalmente àquilo que o Município tem que dar resposta. Do que se passa com o problema do contrato de manutenção do procedimento de contratação pública, também veio aqui à reunião de Câmara e temos, de facto, um problema de contratação pública num procedimento feito para o efeito, não sei quando é que vai haver resposta mas, enfim, são as vicissitudes da contratação pública. Correu tudo muito bem até uma determinada altura, com uma empresa que fazia este serviço, que é público e as adjudicações a essa empresa foram feitas ao longo dos anos que assim a lei o permitiu, há uma altura em que se excederam perante a lei os limites da contratação pública de ajuste direto a essa empresa e tivemos que realizar outro tipo de procedimentos que também já não é de estranhar... quando eram contratos de maior montante ouvimos falar disso no contencioso, nem que leve um arrastamento dos contratos, este é apenas de alguns milhares e, portanto, está num imbróglio, pedimos uma consulta externa, não sei se já veio resposta, terá andamento nos próximos dias. No entanto, como o Senhor Vice-Presidente disse e bem, temos obviamente assegurado tudo e somos, eu arriscava, o único Município que eu conheço na região que faz tudo, só não vamos dar banho aos jogadores, pagamos a luz, a água, o gás e não fazemos a limpeza mas eu já fui dirigente da Vinha da Rainha e do Sourense onde, de facto, os dirigentes é que faziam tudo. Hoje, tentamos dar a todos os clubes do Concelho, seja ele Vinha da Rainha, seja ele Sourense, Ribeira da Mata, Norte e Soure, Granja do Ulmeiro e outros, o máximo de condições possível. Louvamos muito a dinâmica da Vinha da Rainha ao longo dos tempos, por isso tem o que tem.

Relativamente aos comentários do Senhor Presidente da Secção de Futebol, hoje vem no jornal, o Senhor Vice-Presidente respondeu, eu escuso-me a responder porque se o fizer todas as pessoas, inclusive as mais distraídas e o Senhor Vereador não o é, sabem as questões pessoais que me fazem ter algum recato a falar do Senhor Presidente da Secção de Futebol da Vinha da Rainha, portanto, penso que está tudo esclarecido.

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

A questão colocada pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos sobre as empresas intermunicipais, preocupada com a onda que anda na comunicação social e redes sociais sobre uma empresa, que muito respeitamos, idêntica à nossa, com os mesmos objetivos, certamente com os mesmos objetivos de boa-fé, de grande empenho dos nossos colegas autarcas, de diversos partidos, desses onze municípios. Nós somos só três, bem tentámos que alguns se tivessem juntado a nós, mas era o mínimo e, portanto, em onze houve contestação em um ou dois e se a Senhora fizer uma leitura mais atenta há-de verificar que assim é. Só posso falar pelo nosso e pelos compromissos perante os órgãos autárquicos e perante a população do Concelho de Soure que fomos tendo de há quatro anos a esta parte e também compromissos que foram de diálogo, quer no mandato anterior, ainda com Vereadores eleitos diferentes dos que representam hoje aqui, quer por parte do PSD, a Senhora Vereadora que já representava a CDU neste órgão e com os outros autarcas de Assembleia Municipal e também das Juntas de Freguesia, da minha parte, da nossa parte pode nunca ficar tudo esclarecido, pode nunca ficar tudo divulgado e a sê-lo, é por manifesta incapacidade de fazer melhor porque a vontade existe, ou seja, divulgar, esclarecer, ser transparente; Mas haverá sempre uma dose de não se conseguir fazer passar a mensagem, de alguma incapacidade ou de nunca se fazer entender tudo mas tivemos sempre essa postura. Reconheço que o grau de responsabilidade a quem está a tempo inteiro nestas funções - Presidente de Câmara e os outros Vereadores -, acabaram por ter uma responsabilidade acrescida porque os votos por unanimidade na Assembleia Municipal e a grande maioria na Câmara Municipal, sendo que o Senhor Vereador Eng. Agostinho tem estado contra ou em abstenção e tem fundamentado a sua diferente posição, endossa uma maior responsabilidade ainda a esta questão e, neste momento, sabemos o que paira sobre nós desta tomada de posição. Esta tomada de posição tem tanto de risco, como de aliciante, como de desconforto mas o risco é isso mesmo, quando se tomam decisões de risco, o êxito tem uma carga aliciante mas o potencial inêxito também terá consequências, quer para quem tomou as decisões e as deliberou, e eu só espero que não sejam consequências, de facto, para os municípios porque nunca era essa a intenção.

Relativamente às questões do tarifário, e de uma gestão responsável, há quatro ou cinco pontos que é necessário sempre lembrar, e a Senhora voltou hoje ao assunto e fez muito bem, a água é dos bens mais fundamentais para a vida e para as pessoas e, por isso, o princípio de que devemos manter na esfera pública a gestão deste recurso é um princípio fundamental, é tão importante, diria eu, como a democracia, como o voto livre, como a liberdade de pensamento, como a liberdade de decisão dos cidadãos e quando nós temos o poder de exigir essa liberdade de usarmos um bem, um bem escasso que é a água, é como a saúde, é como a cultura, como a educação, bens fundamentais, também devemos ter noção de responsabilidade e essa noção de responsabilidade é saber usar esse bem de forma a que ele se torne sustentável e duradouro, com qualidade e com garantia de que as pessoas podem viver o seu dia a dia com o conforto de que toda a sua estabilidade de vida está

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

assegurada com essa responsabilidade na gestão do bem e, portanto, sabemos todos, os mais bem informados e os que fazem um esforço de cidadania, que a água tem que ser bem gerida, especialmente a água para consumo humano e que têm que ser tomadas diversas medidas até de começar a diferenciar a água, há uma água que é mineral, há uma água que é medicinal, há uma água que é para tomar banho, outra que é para beber nas fontes, outras que é para regar, outra que é para fazer andar os barcos nos rios e outra para fazer andar os barcos no mar. É preciso começar a saber dividir as categorias de água. A nossa competência é fornecer água para consumo humano e entregá-la em casa das pessoas, em qualidade e em quantidade mínima, de acordo com padrões que estão estabelecidos, regulamentados e normalizados por lei. Nós fizemos um esforço, o Concelho de Soure fez o seu esforço, ao longo dos anos, para ter esse bem assegurado e fornecido a 100% a toda a população e tem esse bem fornecido a todos em condições mínimas, com ambição de serem condições máximas, e basta ver os relatórios da ERSAR dos últimos 20 anos, eu falarei dos últimos 10 anos que foi os que estudei... cheguei ao Município nas funções de Vereador, em 2009, preocupei-me em saber o que está para trás; há uma ata, em 2011, quando é feito um novo regulamento e um novo ajustamento, onde eu, enquanto Vereador, nunca me passando pela cabeça que um dia vinha a ser Presidente, faço uma declaração de voto com considerações que acham que devíamos ser mais ambiciosos e mais exigentes, a roçar, podendo ser interpretado como deixando cair as tarifas e que ainda devia ter aumentado mais em 2011 e não foi por isso que em 2014 adequámos os nossos regulamentos à lei em vigor e adequámos os nossos tarifários e, na altura, também, de forma consensual, aprovado por todos os partidos, em 2014. Aquilo que nós garantimos sempre a todos os autarcas de Freguesia, da Assembleia Municipal e desta Câmara é que, pelas nossas contas, por aquilo que foram os estudos que, como sabem, não cabem em número razoável, em folhas de papel, por isso foram sempre distribuídos em suporte informático, estudos esses que estão auditados por mais do que uma equipa de consultores externos, pela ERSAR, pelo Tribunal de Contas e, agora também, pela IGF, pelos próprios autarcas e pelos Revisores Oficiais de Contas, quer do Município de Mira, do Município de Montemor-o-Velho e pelo Município de Soure e ainda por uma outra equipa de ROC, que fez auditoria ao património a afetar ao capital societário da empresa. Portanto, especialistas a analisar as contas não têm faltado. Contas de merceiro, diria eu, porque são aquelas contas que o cidadão comum entende, não sendo eu contabilista, apenas tenho por experiência falar com eles ao longo de muitos anos, dizer assim: uma família normal, 4 pessoas, no Concelho de Soure, o valor total de uma fatura, já com as taxas todas, são 22,74€ e na outra são 20,47€. Vou olhar para a água, para não estarmos a olhar para as taxas que são residuais. No mês de dezembro, esta família, 15,07€ de água... se a faturação já fosse à luz do regulamento em vigor em 2020, pagaria 14,95€, um decréscimo de 4,8€, portanto, 0,88€ a menos que esta família pagaria se a fatura de dezembro fosse da ABMG. Se fizermos as contas para janeiro, a diferença era de 0,50€ e porquê?! Porque no mês de janeiro, em vez de consumir 16 m³ consumi 18m³, já a carga

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

incide mais sobre o 3.º escalão e quanto maior for o consumo maior é a diferença. Há, de facto, algumas alterações a ter em conta neste novo tarifário, como é óbvio. A nossa preocupação esteve na família padrão... famílias mais numerosas, mais de 5 pessoas no agregado familiar, temos mecanismos de compensação; famílias com dificuldades económicas abrangidas pelos apoios sociais, preenchem, nos serviços de ação social, anualmente, a sua declaração de solicitação de apoio e têm tarifário social, qua anda na roda dos 50%, tal como acontece com a EDP. Dizer que “há gato escondido com o rabo de fora”, vão haver grandes diferenças... há, ainda não as descobri todas mas descobri uma, porque me preocupa também a atividade da área do Eng. Agostinho, que já aqui levantou algumas questões, nomeadamente a mobilidade dos projetistas ou dos interessados em documentação, em princípio não é necessário nenhum munícipe de Soure dirigir-se a Montemor-o-Velho para tratar de assuntos, mas há uma diferença, que já constatei, porque a lei que é válida para os regulamentos municipais de taxas e licenças, há uma coisa que tem que evidenciar, é a relação custo da operação com o serviço prestado, isso aplica-se às águas como se aplica a uma certidão da Junta de Freguesia, sobre um atestado de residência, portanto, nós, a administração pública é obrigada, por lei, a fazer reincidir no serviço que presta o seu real custo.

Dar um esclarecimento, por exemplo um pedido de loteamento que entre, tem um aumento significativo no projeto de apreciação pela ABMG e são 150,00 euros; um pedido para uma moradia isolada são 30,00 euros, aqui estava incluído nas restantes taxas, mas também é preciso ver que se pretende uma melhoria da qualidade do serviço prestado. Até aqui funcionou-se de uma maneira, com um quadro de pessoal que tinha uma chefe de divisão e um engenheiro a apreciar estes projetos, a parte de água era mandada para o serviço de águas informar, com funcionários experientes e com a sua formação empírica autodidata, que davam pareceres mas depois, temos situações... vou dar o exemplo do saneamento, tecnicamente obriga a outros considerandos a que o fornecimento da água não obriga porque é preciso estudar altimetrias, a implantação da casa e dos edifícios obriga a determinado tipo de rigor, a água vai por pressão, mais metro para cima mais metro para baixo ela chega lá e temos, no Concelho de Soure, muitas situações onde, à posteriori, é que os problemas vêm ao de cima. Lembro ao Eng. Agostinho uma situação que é conhecida e ainda está para resolvermos, da zona do Santo António, Altamira e outros, na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Soure, são situações que vêm a público nas redes sociais, alguma ligeireza, o ir acrescentando, os projetos não serem todos feitos de uma vez leva a problemas. De facto, pergunto aos Senhores Vereadores, o que é que acham de entregar, a um técnico de engenharia, um projeto de loteamento, ele ter que o analisar e depois emitir, com rigor, um parecer sobre se o projeto, embora tenha um termo de responsabilidade do projetista das especialidades de água e saneamento, se aquilo está conforme para que uma empresa se vincule a dizer que sim senhora, presta àquele loteamento o serviço de águas e saneamento e, portanto, porventura serão umas horas, se o trabalho for feito de uma forma

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

séria, dedicadas à análise de um projeto de loteamento e depois haverá projetos de loteamento de maior dimensão e outros de menor dimensão. Toda a gente sabe que há projetos de loteamento de um lote só e há projetos de loteamento de 20, 30 ou mais lotes, é um aumento de 1000%, são 150,00 euros mas no conjunto de um loteamento, que é uma operação comercial.

Um outro aumento significativo neste serviço é o serviço de recolha, limpeza de fossas, por meios mecânicos e transporte desses efluentes e entregar para tratamento. O Município de Soure tem uma taxa de 15,00 euros por um tanque de recolha. Aquilo que nos é exigido, por lei, está dentro do serviço prestado, é que haja uma consonância entre o preço de custo e efetivo e o preço da taxa e tudo leva a crer que vai ter um aumento grande, têm que ser estudados mecanismos de minimizar esse impacto mas estamos a falar, para as pessoas que o solicitam, também temos esse histórico, é sempre um aumento menor, o produto final, não temos registo de ninguém que tenha um produto final anual superior àquilo que teria que ter se tivesse uma taxa, se tivesse efetivamente o serviço ligado e também tem outros incómodos. Obviamente que estávamos a cobrar 15,00 euros e por este valor não há trator nenhum que se movimente duas horas, a casa de alguém no Concelho e regresse para ir despejar à ETAR.

Vamos ter, de facto, entre outros, mas naquilo que é o essencial não vamos e estou confortável para achar, não é que somos melhores ou piores que os outros, teremos que resolver outros problemas e o nosso principal problema tem sido aqui assumido claramente, é uma eficaz... o nosso problema não é a taxa e já foi aqui assumido que não é pelo esforço, e está dito pela ERSAR na apreciação que fez, e que distribuí, ao nosso plano de revisão de preços. A ERSAR diz, e nós demos conhecimento disso, que no caso de Soure “*vejam lá, já estão assim, tentem ser objetivamente, ganhem aquilo que precisem de ganhar através da eficiência*”. Vamos ter dificuldades. Não quero deixar, publicamente nesta reunião, e os Senhores Vereadores têm conhecimento nesta matéria, os três municípios não são todos iguais. Temos problemas graves para resolver. Somos envolvidos num espírito de solidariedade, entre os três municípios, que eu apelo aos munícipes de Soure, de Montemor e de Mira, que entendam este princípio. O Estado tinha mais obrigações do que nós, devia ter sido mais atento ao longo dos anos, devia ter dado mais condições aos municípios para harmonizar esta questão porque, de facto, a baixa densidade cria-nos problemas de rentabilidade e isto vai acontecer também na EDP e nas novas concessões da EDP quando elas forem a concurso público, daqui a um ano ou dois, porque municípios como Soure, se isto for para um mercado altamente generalizado, quase que vamos ter que pagar - o Município - a uma empresa que venha cá distribuir energia elétrica, não é receber uma renda, vamos ter que pagar para eles cá virem cobrar e a água é a mesma coisa. O projeto de colocar saneamento básico nos Simões, chama-se subsistema de Almagreira, não temos que fazer uma nova ETAR, este projeto vai ter um índice de quase 8.000,00 euros por habitante, os habitantes que têm a cobertura. Portanto, em condições normais, meramente economicistas, não era de fazer.

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Quando passa os 2.500,00 euros por habitante não é de fazer... há aqui um défice no investimento que alguém tem que pagar, têm que ser os contribuintes e eu pergunto, para a coesão nacional é só os contribuintes de Soure que vão pagar? Porque como disse, e bem, os próprios concessionários de gás, fibra ótica e outros serviços de interesse público, é isso que fazem, cumprem a meta mínima, que é passar com a conduta daqui para a zona industrial, duas casas, e depois recusam-se a pôr dez metros em sítios que são fundamentais. Há aqui um restaurante em Soure, no limite das condições de segurança e de razoabilidade perante as exigências, que tem pedido gás natural, está a pouco mais de uma dezena de metros do seu estabelecimento, é um consumidor interessante e o concessionário tem adiado esse investimento de lhe fornecer o gás... não é rentável; cumpriram aquilo que é a obrigação mínima, que é dizer que tem cobertura mas depois não se preocupam mas se for para colocar gás num prédio com 50 apartamentos, até fazem descontos e colocar água em Brunhós, de qualidade, ainda nos falta chegar à entrada do Cercal, substituir a velha conduta que nós herdámos, por acordo, os municípios do Cercal passaram a ter água de melhor qualidade, certificada, o seu grau de qualidade avaliado, quando tinham problemas de crómio e de plutónio e outros metais pesados, eles próprios já tinham encerrado um furo porque não dava. Sacrifício haverá, da nossa parte é saber gerir, estou convencido que o défice em termos financeiros para o Município de Soure vai continuar a existir, porquê?! Porque toda a água de auto consumo, e é muita que o Município tem, vai ter que levar medidas de mitigação e medidas de correção, porventura vamos acabar com fontanários públicos ligados à rede pública... são muito importantes para duas ou três pessoas que usam e eu pergunto aos Senhores Vereadores, se as pessoas têm água em casa, qual a necessidade de se dirigirem aos lavadouros... também temos que desmitificar isso. Dei ordens aos serviços, no caso da Vila de Soure, estão a ser feitos contactos, em termos de consulta preliminar, com empresas de furos de captação de água para fazermos, junto à variante, um furo de captação de água para rega e para reposição da piscina, portanto, estamos à espera do estudo e do orçamento para fazer um furo que nos sirva para regar o jardim da Biblioteca, reposição nas piscinas e os jardins do Palácio da Justiça. Os Bacos, a Várzea e o Campo de Futebol já são regados por sistema de bombagem nosso, com poços feitos no rio e, portanto, este é o caminho. Vila Nova de Anços ou Granja do Ulmeiro, se tivessem jardins de maior dimensão teria que se fazer um furo; o Campo de Futebol da Vinha da Rainha precisa de ser regado e é regado e desde que não chova, embora seja relva sintética, num dia como hoje, antes de ser usado tem que ser regado, os sistemas estão a funcionar... é regado com água da rede. Temos que lá ir também fazer um furo, para a quantidade de água que se gasta, para ser regado com um furo de 20/30.000,00 euros e resolve-se esta questão. Portanto, há muito a fazer na gestão da água.

Dar aqui um exemplo... se todos os municípios, dos três Concelhos, aderirem à fatura eletrónica, hoje em dia quase toda a gente tem um mail, poupamos 30.000,00 euros por mês,

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

fora o que ocupa em termos de trabalho anual, mas esse é bom que haja que é para haver emprego, somos a favor do uso da mão de obra em detrimento da robótica.

Ainda bem que falou neste assunto, usei aqui demasiado tempo nesta matéria e convido os Senhores Vereadores para mais uma apresentação pública da empresa, na próxima quarta-feira, pelas 17.30 horas, na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho. Estamos a convidar os Presidentes de Junta e os Vereadores dos três Municípios, bem como os representantes da ARH - Administração Hidrográfica do Centro, das Águas do Centro Litoral - porque são nossos fornecedores, são eles que fazem recolha, em alta, de Figueiró do Campo - e também da própria INOVA, que é a fornecedora de água ao Concelho de Mira, convidámos os membros do POSEUR - também queremos pressionar, de certo modo, o arranque imediato das obras que já aqui têm sido divulgadas, cujos projetos estão prontos e revistos; 7 candidaturas para os 3 Concelhos e interessa-nos avançar com as obras e assinar o contrato - Uma nova apresentação já com a pessoa que é responsável, portanto, há um... em termos de reafirmar... é fácil fazer passar na comunicação social que se trata de empresas para “arranjar tachos”, falo pelo que sei e na própria APIM nenhum Presidente de Câmara tem qualquer gratificação, ajuda de custos para exercer o cargo da Assembleia Geral, são 11 que compõem e 3 é que são do Órgão Executivo. Aqui, como sabemos, há uma Assembleia Geral, de Soure participa o Senhor Vice-Presidente, no Conselho de Administração participo eu e no Conselho de Parceria participa o Dr. Gil Soares, ganhamos zero, não há senhas de presença, não há ajudas de custo, as deslocações são feitas na viatura do Município, não há qualquer compensação. Os cargos que existem hoje na ABMG, é o cargo de Diretor Geral - um Vereador da Câmara de Montemor-o-Velho, que suspendeu o mandato de Vereador no dia 1 de fevereiro e que exerce essa função -; existe um Eng. Eletrotécnico com funções e vencimento equivalentes a Chefe de Divisão; existem quatro Técnicos Superiores de primeira linha, com vencimento indexado à segunda posição remuneratória de Técnico Superior da Função Pública e existem mais quatro Técnicos Superiores no primeiro nível remuneratório de ingresso na Função Pública e o acordo na empresa que foi adotado é o acordo entre os sindicatos CGTP, UGT e as Águas de Coimbra e a atualização salarial foi adotada em consonância com as mesmas Águas de Coimbra... dar-vos nota que os vencimentos de 2019 foram atualizados, todos os trabalhadores receberam uma atualização, ou vão receber, de 35,00 euros, ou seja, diz o acordo da empresa que a tabela salarial tem por base o salário mínimo nacional - 600,00 euros para o setor privado e foi atualizado para 635,00 euros - e foi o que fizemos.

Outra nota, foi feito este recrutamento de entrada e organização da empresa, foram convidados os funcionários dos Municípios que queiram aderir, em Comissão de Serviço, no máximo de três anos, a trabalhar na empresa, sendo que serão reposicionados na posição remuneratória a seguir e terão um conjunto de incentivos, desde subsídio de disponibilidade que não existe, não pode existir na função pública da Câmara; um subsídio de insalubridade, que também não existe no Município e outro tipo de situações. Portanto, estamos no

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

processo de seleção findo o qual se apurarão as outras necessidades para publicitar e abrir aos outros operários.”-----

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “é conhecida a minha posição mas só queria dizer que, na minha perspectiva, as pessoas têm direito a saber as coisas como são. Relativamente ao comentário da Dra. Manuela Santos sobre o que se passou em Penacova, eu queria dizer que o que se passou lá também se vai aqui passar mas não será antes de dia 21, até lá podem estar descansados mas, depois, acontecerá, é inevitável que isso aconteça mas podem estar descansados que o Senhor Presidente vai conseguir controlar as coisas e conter isso porque o estudo económico ou financeiro apresentava umas taxas de rentabilidade de 13 a 15%, o que são negócios “ilícitos”. O que se passou em Penacova vai-se aqui passar, não quer dizer que seja enquanto for Presidente, pois tem o poder e fará o cuidado de evitar isso.

Depois, o facto dos projetos irem para Montemor e ter que se pagar... isso é inevitável. Também os comentários e a opinião do Presidente da Pampilhosa da Serra foi na linha daquilo que eu defendi, embora ele fosse um bocadinho mais longe, ele defende que devia ser uma entidade a nível nacional enquanto eu acho que deve ser uma entidade a nível da Bacia Hidrográfica senão é muita gente e os problemas de entropia não se consegue fazer nada.

Queria perguntar, porque para mim não é claro, quem pagar a fatura hoje ou durante o mês de março, esse dinheiro vai para o cofre da Câmara ou vai para o cofre da ABMG?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “é uma questão muito simples. Até amanhã, quem pagar esta fatura, paga ao Município de Soure, a partir de amanhã será para os cofres da ABMG mas, como sabe, temos um acordo transitório, é uma empresa subsidiada pelo Município, funciona no encontro de contas permanente. Em princípio, o pagamento a fazer em abril será já com fatura da ABMG.

A questão levantada aqui pelo Atlas da Saúde e questões de consideração na área da Saúde, dizer o seguinte: parece que o Governo já terminou uma alteração aos decretos-lei em vigor na transferência de competências para que a obrigatoriedade, em 2021, em definitivo, temos que aceitar as competências, poder passar para 2022. Aquilo que a experiência destes meses, em que recusámos a aceitação da transferência de competências na área da Saúde e da Educação para o Município de Soure, abro aqui uma janela de discussão em como na área da Saúde assumo que a minha posição para a recusa de ter aceite, neste momento continuar com essa posição de aceitar as transferências que nos estão a querer impor, dizer que estão em causa quatro unidades de trabalho, quatro assistentes operacionais, estão em causa as instalações do Centro de Saúde de Soure, as instalações do antigo BCG (onde funciona a Unidade de Cuidados na Comunidade, que foi objeto de visita nossa, de avaliação às instalações, recente) e estão em causa os equipamentos tecnológicos das outras Extensões de

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Saúde, ou seja, rede de cablagem informática, aparelhos informáticos, redes de AVAC e ar condicionado, aquecimento porque os edifícios em si, sempre garantimos e sempre fizemos a manutenção e a conservação dos mesmos e estando isto em causa, aquilo que verificamos é que vergonhosamente a administração central, sabendo que o Município de Soure e os outros que não aceitaram a transferência de competências estão a esticar, à espera que parta para o lado dos Municípios, para o lado dos cidadãos, a degradação da prestação do serviço de saúde e aquilo que estamos a preparar, já tinha aqui anunciado o ano passado, que tinha já falado com a Dra. Paula, da Faculdade de Letras do Departamento de Geografia e da Geografia da Saúde, já tinha aqui falado nessa equipa para nos fazer uma avaliação e um estudo sobre a Carta de Saúde do Concelho de Soure. A Carta de Saúde do Concelho de Soure já foi aqui objeto de análise em 2011, objeto de apreciação e de conhecimento por todos, já foi aqui objeto de várias discussões e que nós também já temos propostas na ARS sobre a configuração da prestação de serviços de saúde primários no Concelho de Soure, aquilo que se exige, já foi também refletido na Assembleia Municipal, é que a Carta de Saúde vai mais longe e, por assim dizer, que seja, ela própria, um plano de estratégia para a Saúde no Concelho. É o próprio Decreto-Lei da Transferência de Competências da Saúde para os Municípios que obriga a que, depois, o Município construa o seu plano de estratégia para a Saúde. Portanto, esta equipa, que vai trabalhar com os 57 Municípios da Rede Municípios Saudáveis, a Rede, felizmente, não se tem limitado a organizar eventos de divulgação, confraternização de ações, também está a fazer um trabalho sério; é liderada por um conjunto de Municípios com grau de exigência perante o Ministério da Saúde mas também com grau de parceria, portanto, a equipa de trabalho que está ligada ao Município do Seixal não tem usado só a reivindicação, tem sido parceiro. Recordo que, no ano passado, na presença do Secretário Geral da Organização Mundial de Saúde, uma figura hoje mais conhecida pelas razões que todos sabemos, no Palácio da Cruz Vermelha, que assinámos um protocolo com a Direção Geral de Saúde e com a OMS e que somos parceiros desta OMS e assumimos algumas despesas, o caso da Saúde Oral em que o Município de Soure faz investimento e queremos fazer outros no âmbito da Fisioterapia, na política de proximidade, daí que não faço ideia quanto é que vai custar, estamos num processo... é-nos indicado, por todos, que esta equipa da Universidade de Coimbra é das mais habilitadas a fazer este trabalho; vamos ter reuniões nas próximas semanas, que é para o nosso trabalho também encaixar no trabalho da Rede, que está adjudicado por 150.000,00 euros, para os 57 Municípios e nós, agora, vamos pedir o nosso e, portanto, nós vamos adjudicar esse trabalho se for por valores razoáveis porque queremos usar esse trabalho para dar conforto à estratégia municipal. E está, na tal janela de discussão que ia abrir aqui hoje, já temos reuniões esta semana com o Ministério da Saúde, é no sentido, não digo de antecipar mas o nosso plano de atividades e orçamento para 2021 é pensado em setembro, apresentado aos Senhores Vereadores em outubro e, portanto, há aqui um trabalho até ao verão para poder decidir, em setembro, se aceitamos já em 2021 as transferências de competências na área da

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Saúde e também aguardar pela publicação do decreto-lei setorial da área da Ação Social, que também traz algumas mexidas que vamos ter que avaliar e pode ser do interesse do Município, porque já hoje se nota, começa a notar, digo eu, por férias, por faltas, por licenças, etc, um esvaziamento da presença do Instituto da Segurança Social no Concelho. Portanto, o indicador, embora ainda não tenha saído o decreto-lei, pode vir aí uma necessidade de o Município também assumir essa situação.

Ainda outro assunto que o Senhor Vereador referiu e que tem a ver com o arrendamento aprovado em reunião de Câmara, mas suspenso, na Rua Alexandre Herculano. Neste momento, a informação que tenho dos serviços é que está pronto, do ponto de vista de projeto, a alteração ao uso do prédio. Na altura ficou aqui suspenso, e bem, a situação e, portanto, assim que o senhorio, a Caixa de Crédito, der a alteração ao uso como pronta, procederemos à assinatura do contrato. Não estamos a pagar qualquer renda, não está feito o contrato, apenas deliberámos, havendo alteração ao uso para serviços, nós cumpriremos a expectativa e a promessa e temos o interesse em mudar para lá os diversos gabinetes: Gabinete de Apoio ao Emigrante, Gabinete de Inserção Profissional, Gabinete de Apoio à Vítima e de Apoio à Igualdade, Gabinete de Defesa do Consumidor. São questões técnicas que muito nos orgulham de ter duas técnicas superiores a trabalhar nesta área; estão em condições, sem grande privacidade, a trabalhar em conjunto; está regulado e regulamentado, por exemplo no caso do Instituto de Emprego, até ao final do ano, vamos continuar a prestar este serviço como temos feito nos últimos anos, embora tenhamos uma situação de pleno emprego no Concelho de Soure, estão abaixo dos 350 os inscritos no Instituto de Emprego e, portanto, é apoiada a meio tempo e vão ter que ter apoio administrativo para o atendimento e ter melhores condições de trabalho e vamos levar isso para a frente.”-----

Foram dadas várias Informações e prestados diversos Esclarecimentos.-----

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi presente a seguinte listagem:

**Município de Soure
Requerimentos para Reunião**

De 20-02-2020 a 05-03-2020

05-03-2020

Class.: 01

Ano: 2019

Número: 18580

Dt. Entrada Reqt.: 28-11-2019

Processo: 01/2016/75/0

Requerente: Paulo Jorge dos Santos Cardoso Pimenta

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Tp. Pedido: Emissão utilização
Tp. Construção: Alteração/Ampliação
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 24-02-2020
Local Obra: Quatro Lagoas
Informação: Deferido
Freguesia: Degracias e Pombalinho

Class.: 01
Ano: 2020
Número: 505
Dt. Entrada Reqt.: 10-01-2020
Processo: 01/2019/30/0
Requerente: Manuel Augusto Gaspar Matias
Tp. Pedido: Projetos de especialidade
Tp. Construção: Nova Construção
Tp. Utilização: Comércio e Serviços
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 26-02-2020
Local Obra: Formigal
Informação: Deferido
Freguesia: Vinha da Rainha

Class.: 01
Ano: 2020
Número: 2306
Dt. Entrada Reqt.: 11-02-2020
Processo: 01/2019/29/0
Requerente: Mário Cardoso Pereira
Tp. Pedido: Emissão alvará
Tp. Construção: Nova Construção
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 27-02-2020
Local Obra: Rua Principal - Alencarce de Cima
Informação: Deferido
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2019
Número: 14478
Dt. Entrada Reqt.: 26-09-2019
Processo: 01/2019/25/0
Requerente: Ilídio Manuel Simões da Silva
Tp. Pedido:Junção de elementos
Tp. Construção: Alteração
Tp. Utilização: Garagem
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 02-03-2020
Local Obra: Rua de Trás
Informação: Deferido
Freguesia: Gesteira e Brunhós

Class.: 01
Ano: 2019
Número: 14513
Dt. Entrada Reqt.: 27-09-2019
Processo: 01/2019/24/0
Requerente: Ilídio Manuel Simões da Silva
Tp. Pedido:Junção de elementos

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Tp. Construção: Reconstrução
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 03-03-2020
Local Obra: Rua Principal
Informação: Deferido
Freguesia: Gesteira e Brunhós

Class.: 01
Ano: 2020
Número: 2906
Dt. Entrada Reqt.: 20-02-2020
Processo: 01/2019/44/0
Requerente: Fábio Daniel Leal Martins
Tp. Pedido:Junção de elementos
Tp. Construção: Nova Construção
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 03-03-2020
Local Obra: Rua Vale do Poço
Informação: Deferido
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2019
Número: 13059
Dt. Entrada Reqt.: 29-08-2019
Processo: 01/2019/38/0
Requerente: Rugimotors, Lda
Tp. Pedido: Projeto de arquitetura
Tp. Construção: Nova Construção
Tp. Utilização: Comércio e Serviços
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 03-03-2020
Local Obra: Granja do Ulmeiro
Informação: Deferido, nos termos da informação técnica
Freguesia: Granja do Ulmeiro

Class.: 01
Ano: 2019
Número: 13367
Dt. Entrada Reqt.: 05-09-2019
Processo: 01/2019/40/0
Requerente: Carlos Álvaro Monteiro de Oliveira
Tp. Pedido: Licenciamento
Tp. Construção: Alteração
Tp. Utilização: Comércio e Serviços
Tipo Informação: Deferido (Despacho)
Data reunião: 04-03-2020
Local Obra: Rua Morais Pinto
Informação: Deferido nos termos da informação
Freguesia: Soure

Tortal: 8

Foi tomado conhecimento, publique-se, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.-----

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

Ponto 3. Informação Financeira

3.1. Resumo Diário de Tesouraria

Foi tomado conhecimento, publique-se, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.-----

3.2. Encargos e Compromissos

Foi tomado conhecimento, publique-se, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.-----

Ponto 4. Apreciação das Proposta de Ata

4.1. - 28.06.2019

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Ata.-----

4.2. - 08.07.2019

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Ata.-----

O Senhor Vereador Américo Nogueira não participou na votação, em virtude de não ter estado presente na reunião de 08.07.2019.-----

Ponto 5. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO

. Música ao Vivo – Café Capuchinho

- Dia 28 de fevereiro de 2020 – Para Ratificação

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vereador Dr. Gil Soares.-----

Ponto 6. EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. Programa Eco-Escolas 2019/2020 – Projeto “O Mar Começa Aqui” - Para Conhecimento

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2019/2020 – Projeto “O Mar Começa Aqui”

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se que:

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

Após a ocorrência de fenómenos de precipitação, o percurso das águas pluviais, é inicialmente feito à superfície nas áreas impermeáveis, como por exemplo, telhados, pátios e valetas de arruamentos, mas é rapidamente conduzida para os coletores instalados subterraneamente, através das sarjetas e sumidouros, onde flui até ser devolvida aos cursos naturais de água, lagos, lagoas, baías ou no mar.

Assim, as sarjetas de passeio ou sumidouros são importantes dispositivos de entrada de fluxos de água, dado que garantem o acesso das águas pluviais às redes de drenagem, contudo, são frequentemente objeto de deposição de resíduos, que decorrentes do arrastamento das águas da chuva, quer decorrentes da atividade humana, como óleos alimentares, garrafas, beatas, entre outros.

Considerando que o Município de Soure é parceiro do Projeto Eco-Escolas, existindo neste ano letivo onze Eco-Escolas no concelho aderentes, e que compete às autarquias não só assegurar a provisão do serviço de gestão dos resíduos urbanos no seu território, garantindo a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros à superfície, mas também alertar e sensibilizar a população em geral e para a comunidade escolar em particular, para as consequências, quer nos ecossistemas terrestres, quer nos ecossistemas marinhos, da incorreta deposição dos resíduos, entendemos ser pertinente desenvolver a atividade proposta pela ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa) - “O Mar Começa Aqui” - no âmbito do Projeto Eco-Escolas, nas escolas do concelho de Soure que se inscreveram no respetivo projeto.

Esta atividade traduz-se por uma campanha de sensibilização e tem como objetivos principais:

- . Compreender a necessidade de preservação dos ecossistemas e da biodiversidade em geral e da qualidade da água doce e salgada em particular;
- . Educar para uma cidadania ativa incitando as crianças/jovens a passar a mensagem de que “Tudo o que cai no chão, vai parar ao mar” a toda a comunidade;
- . Estimular a criatividade dos alunos, através do desenvolvimento de competências em áreas como a expressão plástica;
- . Implementar estratégias de cooperação escolas-autarquia para a promoção da sustentabilidade.

A metodologia desta atividade consiste na elaboração de uma imagem por cada Eco-Escola do concelho de Soure que será posteriormente pintada, pelos alunos, junto a uma sarjeta ou sumidouros de águas pluviais, dentro da escola e/ou na sua envolvente.

Proposta:

Para que seja possível a execução desta atividade a Câmara Municipal deverá assegurar os materiais, meios e autorizações necessários à execução das pinturas no espaço público.

Neste sentido, sugerimos a criação de um KIT para cada Eco-Escola que deverá incluir entre outros: luvas, pincéis, máscaras, tintas, preferencialmente sem COV's (Compostos Orgânicos Voláteis) ou com rotulagem A+ ou tintas com certificação ambiental Eco-Label (cores primárias mais preto e branco), stencils dos logótipos do Projeto (Eco-Escolas e Logo do projeto - em anexo), com o valor estimado de 750.00 €, previsto nas Grandes opções do Plano 2020, no projeto 2020/32, com a classificação orçamental de 020306020305.

À consideração Superior,
A Técnica Superior
(Susana Morim, Dr.ª)
03-03-2020

Foi tomado conhecimento da decisão do Senhor Vereador Dr. Gil Soares em mandar adquirir um Kit para cada Eco-Escola, no valor global de 750,00 euros, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Ponto 7. EDUCAÇÃO

- Dia Mundial da Saúde Oral

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “no dia 20 deste mês, iremos realizar essa ação. O ano passado, para comemorar esta efeméride, distribuímos um kit dentário por todas as crianças dos Jardins de Infância e do 1.º Ciclo; associaram-se a nós algumas médicas dentistas para fazer ações de sensibilização; o próprio Delegado de Saúde também se associou à iniciativa; estou-me a recordar que também a Enf. Cristina Cera se associou. Este ano, os kits dentários foram distribuídos pelo Centro de Saúde, no âmbito dos Planos Nacionais e, portanto, não se justificava entregarmos outro kit, o que vamos fazer é uma ação de sensibilização no Centro Escolar da Granja do Ulmeiro, com uma médica, a Dra. Vânia Machado, com origens no Concelho, na Freguesia da Granja do Ulmeiro, que irá apresentar um livro para os alunos da zona norte do Concelho, para assinalar este dia e vamos também, temos já algumas dentistas que se irão associar, irão percorrer as escolas para fazer ações de sensibilização e estamos a ultimar a oferta que iremos dar, que não será o kit, mas temos algumas propostas, uma ampulheta, que fazia parte do kit do ano passado e que não é distribuída pelo Centro de Saúde e, portanto, poderá passar por aí, mas o mais importante é mantermos esta parceria com os profissionais de saúde do Concelho que se querem associar a este dia e intervir numa área essencial, que são as crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo.

Portanto, era para dar conhecimento que iremos manter esta iniciativa este ano.”-----

Foi tomado conhecimento que o Município vai promover ações de sensibilização sem custos para o Dia Mundial das Saúde Oral.-----

Ponto 8. EDUCAÇÃO/DEFESA DA FLORESTA

. DIA DA ÁRVORE E DA FLORESTA – 21 DE MARÇO DE 2020

- Programa “Floresta Comum”- Para Conhecimento

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO/ DEFESA DA FLORESTA

- DIA DA ÁRVORE E DA FLORESTA – 21 DE MARÇO DE 2020

- PROGRAMA “FLORESTA COMUM”

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se que:

À semelhança dos anos anteriores, no âmbito das Comemorações do “Dia da Árvore e da Floresta”, o Município de Soure propõe assinalar este dia através da plantação de *Pinus pinea* (Pinheiro Manso) e *Quercus Suber* (Sobreiro), com a participação de um grupo de cerca de 25 alunos do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure e respetivos professores.

A ação decorrerá no dia 20, do corrente mês, nos Baldios de Alencarce de Cima, e será desenvolvida pelos Serviços Educativos e pelo Gabinete de Defesa da Floresta, em parceria com o Agrupamento de Escolas, com a Junta de Freguesia de Soure, com a

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Associação de Compartes dos Baldios da Capelania de Alencarce de Cima e com a Guarda Nacional Republicana do Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, em que o seu principal objetivo visa promover a sensibilização dos alunos para a conservação da floresta.

Esta atividade surge associada ao programa “Floresta Comum”, que tem como objetivo fomentar e incentivar a criação de uma floresta com espécies autóctones que abrange altos índices de biodiversidade e de produção de serviços de ecossistema, tendo sido atribuído ao Município, cerca de 739 plantas.

Salienta-se que o envolvimento de todos, alunos, professores e entidades locais, é fundamental para promover uma atitude cívica de respeito pela floresta e pela árvore em todos os seus espaços. Apenas assim poderá o cidadão continuar a usufruir dos bens, serviços e conforto que os espaços florestais proporcionam.

À consideração superior,
Chefe de Divisão de Assuntos Sociais e Educação em R/S
(Sofia Valente, Dra.)
Defesa da Floresta
(Cremilde Pimentel, Eng.ª)
04-03-2020

Foi dado conhecimento de que, no próximo dia 20 de março, o Município e outros parceiros irão proceder à plantação de cerca de 739 plantas, nos Baldios de Alencarce de Cima, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 9. EDUCAÇÃO //CULTURA

- . Cortejo Infantil de Carnaval 2020
- Balanço - Para Conhecimento

Foi tomado conhecimento da atividade de Carnaval, tendo participado 1.314 figurantes, sobre o tema “No Tempo de Martinho Árias”, com um custo total de 10.186,48 euros, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 10. CULTURA

- . AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA
- . Programa Integrado de Promoção da Leitura
 - Semana da Leitura 2020
 - . 12 e 13 de março – Presença das Autoras Danuta e Joana Duarte
 - Jardins e Escolas do 1.º Ciclo do Concelho - Para Conhecimento

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Semana da leitura 2020

12 e 13 de março – presença das autoras Danuta e Joana Duarte
jardins e escolas do 1º ciclo do concelho.

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede de Bibliotecas do Concelho de Soure foi, mais uma vez, preconizada a realização da Semana da Leitura, cujo mote é *Ler Sempre. Ler em Qualquer Lugar*, entre 9 a 13 de março.

No seguimento do trabalho desenvolvido junto da comunidade escolar e de acordo com as expetativas recolhidas junto do grupo de trabalho das bibliotecas de Soure foi proposto, para este ano, a vinda da ilustradora Danuta Wojciechowska e da autora Joana Duarte, para desenvolverem atividades nos centros escolares do concelho à volta dos títulos “*Água Doce, fluir como o rio*” e “*Serei uma plantinha daninha?*”

As sessões terão lugar nas seguintes escolas, Básica de Soure, Básica de Degraças, Básica de Granja do Ulmeiro e Básica de Samuel. As ações terão lugar nos dias 12 e 13 de março, conforme calendário em anexo.

A despesa associada a esta ação, para além dos transportes dos alunos é o seguinte:

- 6 sessões para os alunos

Custos da ação: 75 euros/euros por sessão/ 6 sessões - 450€ (isento de IVA)

Passar requisição a:

Joana do Rosário Pires Aurélio Duarte D’Almeida
Rua D. António Caetano de Sousa, nº7, 5º Esq. | 1500-222 Lisboa
Telemóvel: 933172724 | joaninhaduarte5@gmail.com
NiF: 137976593 | NIB: CGD 0035 0513 0000 6170 4008 3

Estadia: 2 dormidas (de 12 para 13 de março) e refeições.

À consideração superior,
Paula Gonçalves, bibliotecária
17/02/2020

Foi tomado conhecimento que, nos dias 12 e 13 de março, irá decorrer animação junto da comunidade escolar, com um custo estimado de 450,00 euros, pelo serviço ajustado a Joana do Rosário Pires Aurélio Duarte D’Almeida, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 11. AÇÃO SOCIAL E REDE SOCIAL

. HABITAÇÃO SOCIAL // APOIO AO ARRENDAMENTO

- N.º Processo: 37/2020 – APA

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: AÇÃO SOCIAL – REDE SOCIAL

. HABITAÇÃO SOCIAL // APOIO AO ARRENDAMENTO

- N.º PROCESSO: 37/2020 - APA

O Município de Soure tem vindo a atribuir, com carácter temporário e a título excecional, alguns apoios ao arrendamento, face a circunstâncias de emergência social que são diagnosticadas e acompanhadas pelo Setor de Ação Social e Saúde.

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

O valor do Apoio que tem sido atribuído a estas situações excecionais tem tido por base a relação entre o valor da renda e o valor do Rendimento Mensal Bruto do Agregado Familiar, deduzido das despesas, sendo que o valor médio a apoiar, pelo Município, se tem cifrado em sensivelmente 50% do valor da renda.

Este tipo de apoio é atribuído a famílias em situação de grave carência económica que se encontram em situações de emergência social de carácter temporário, em articulação com outras Entidades, designadamente, Segurança Social, IPSS e restantes Entidades que integram a Rede Social Concelhia.

Assim, os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da Saúde, Ação Social e Habitação, conforme o previsto nas alíneas g), h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em concretização dessas atribuições, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Face ao atrás exposto, sugere-se que o Executivo Municipal aprove:

- A atribuição de um **Apoio Mensal ao Arrendamento**, pelo **prazo de 12 meses, correspondente a 50% do valor da renda**, ao Agregado familiar, de acordo com o seguinte quadro:

N.º de Processo	Valor da Renda	Apoio Mensal do Município (50%)
N.º PROCESSO: 37/2020 - APA	€250,00	€125,00

À consideração superior,
Dirigente Intermédio de 4.º Grau
Cristina Isabel da Costa Marta Lapo
04.03.2020

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um Apoio Mensal ao Arrendamento no valor de 125,00 €, pelo prazo de 12 meses, correspondente a 50% do valor da renda - 250,00 €, ao Agregado Familiar, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 12. AÇÃO SOCIAL// AÇÃO SOCIAL E REDE SOCIAL

- . Estabelecimento de Parcerias/Protocolos
- . Deliciosas Diferenças – Cooperativa de Responsabilidade Limitada - CRL
- Carta de Compromisso de Investimento Social

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: **AÇÃO SOCIAL// AÇÃO SOCIAL E REDE SOCIAL**
- ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS/PROCOLOS
. DELICIOSAS Diferenças – Cooperativa de Responsabilidade Limitada – CRL

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

Carta de Compromisso de Investimento Social

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A Deliciosas Diferenças, fundada a 11 de setembro de 2017, é uma organização não-governamental habilitada pelo Instituto Nacional de Reabilitação e credenciada pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

Tem como missão “Fazer a vida de todos mais doce” consequência da criação de um Projeto social de catering pelos quais os cooperantes são responsáveis pela produção/confeção de vários produtos e serviços, colmatando assim a inexistência de uma resposta de negócio social local.

Como forma de atuar o combate ao estigma e exclusão social sentida pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, passámos a responder a mais uma necessidade: alojamento social. Desta solução de reabilitação psicossocial resulta a compatibilização das suas vidas nos âmbitos: pessoal, ocupacional e laboral combatendo a carência de recursos económicos e de sentimento de autoexclusão social.

Tem como objetivo promover a inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade social por forma a combater as dificuldades de integração social, ocupacional e laboral através de uma atividade de empowerment, capacitação, consciencialização, valorização das suas capacidades e melhoria das suas condições de vida.

Trata-se de uma abordagem de reorganização do meio social da qual resultam respostas de recuperação e reinserção social que permitam a sua inclusão, tornando-se necessário o envolvimento de toda a comunidade, possibilitando a superação de uma conceção de responsabilidade coletiva e não individual sobre o estigma que ainda prevalece.

A arte de conjugar diferentes saberes e ofícios permitiu a criação da **Cooperativa Deliciosas Diferenças** como forma de combate à pobreza e exclusão, através da integração no setor social, tendo em vista objetivos de desenvolvimento sustentável.

A Deliciosas Diferenças, Cooperativa de Responsabilidade Limitada CRL submeteu a Candidatura, a 29 de maio de 2018, no âmbito do Aviso de Abertura n.º POISE – 39-2018-03, tendo como eixo prioritário promover a inclusão e combater a pobreza e a discriminação, sendo a sua prioridade de investimento a promoção do empreendedorismo social e a integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego – em ANEXO -.

Reconhecendo o mérito e os fins prosseguidos pela Cooperativa, e explanados na Candidatura, o Município subscreveu, para integrar a Candidatura, uma Carta de Compromisso de Investimento Social.

A Candidatura com o código n.º POISE – 03 – 4639 – FSE – 000318 foi aprovada a 02 de outubro de 2018, com início a 01 de outubro de 2018 e com término a 30 de setembro de 2021, - em ANEXO – tendo a mesma sido aceite pela comunicação das Deliciosas Diferenças ao Portugal Inovação Social em 26 de outubro de 2018.

O Plano de financiamento da Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social Deliciosas Diferenças integra a componente de apoio público e financiamento proporcionado pelos investidores sociais, estes representam 30% do valor orçamentado (€80.662,00). Neste contexto a Câmara Municipal de Soure foi um dos investidores sociais, constantes na Candidatura apresentada, tendo assumido o compromisso de investir 18% dos €24.500,00, assumidos por estes investidores, o que corresponde a €4.500,00.

Face ao atrás exposto, propomos que a Câmara Municipal:

1 – Ratifique a Carta de Compromisso de Investimento Social, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara em 07 de maio de 2018;

2 – Aprove o apoio financeiro de €4.500,00, no âmbito do referido Projeto.

À consideração superior,
Dirigente Intermédio de 4.º Grau

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Cristina Isabel da Costa Marta Lapo
04.03.2020

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “esta cooperativa de responsabilidade social, que todos nós conhecemos e que admiramos o trabalho que desenvolve, especialmente no âmbito da inclusão social, portanto, muitas vezes é confundida como sendo um serviço da APPACDM, não. É uma entidade autónoma, que tem um grupo de voluntários, algum do seu público também são utentes da APPACDM. Temos procurado apoiar diversas formas, dentro daquilo que tem sido aqui objeto de decisão municipal, mas também no uso de alguns serviços, como catering, apoio a eventos, mas esta entidade sem fins lucrativos, no âmbito da inovação social, apresentou uma candidatura para a qual contribuíram, para dar consistência, uma série de empresas e também o Município de Soure, por iniciativa minha e hoje peço aqui a vossa ratificação porque a candidatura foi aprovada e, portanto, somos agora chamados a dar o nosso correspondente compromisso. Essa Carta de Intenções serviu, felizmente, para dar essa consistência. Há um conjunto de empresas do Concelho de Soure, umas mais outras menos, nesta ordem de grandeza e aquilo que proponho é que se ratifique a Carta de Compromisso de Investimento Social, subscrita por mim, a 7 de maio de 2018 e que se aprove o apoio financeiro de 4.500,00 euros para este projeto que consta da documentação anexa.”-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar:

- ***Ratificar a Carta de Compromisso de Investimento Social, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes em 07 de maio de 2018;***
- ***O Apoio Financeiro de 4.500,00 Euros, no âmbito Projeto, conforme decorre da informação técnica dos serviços.***-----

Ponto 13. PROTEÇÃO CIVIL

. **Ações de Controle e Combate à Vespa Asiática e Outras Pragas**

13.1. Aquisição de Equipamento

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **PROTEÇÃO CIVIL**

- . **Ações de Controle e Combate à Vespa Asiática e Outras Pragas**
- . **Aquisição de equipamento**

No seguimento da reunião havida, no dia 28 de fevereiro de 2020, entre os elementos que estão envolvidos no combate e destruição de ninhos, de *Vespa Velutina*, nomeadamente o Comandante dos Bombeiros

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Voluntários de Soure, João Paulo Contente, o Médico veterinário, Joaquim e a Técnica superior Cremilde Pimentel, ficou delineado um conjunto de atividades a desenvolver em 2020, em que se pretende promover a monitorização da vespa asiática e a eliminação de ninhos que possam surgir.

A implementação destas medidas irá permitir rentabilizar o conhecimento e promover a competência dos elementos envolvidos nesta matéria.

Assim de forma a desenvolver o trabalho preconizado sugere-se a aquisição de 100 armadilhas seletivas para vespa velutina, o atrativo com feromonas para 60 dias e 5 fatos de proteção individual de tecido em nylon duplo e arejado, com viseira e par de luvas, com um valor estimado de 1250, 00 euros, isento de IVA, à empresa Associação Modelismo Centro Portugal que apresenta os equipamentos com as características pretendidas para estas ações.

À Consideração Superior
Gabinete Técnico Florestal
A Técnica
(Cremilde Pimentel, Eng.ª)
02.03.2020

O Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira referiu que: “como todos sabemos, a vespa asiática é uma praga que, infelizmente, veio para ficar no Concelho com os malefícios que todos conhecemos. Há um grupo de trabalho que está a desenvolver programas de combate à vespa, que delineou um conjunto de atividades a desenvolver em 2020, em que se pretende promover a monitorização da vespa asiática e a eliminação dos ninhos que possam surgir. Esta implementação irá permitir rentabilizar o conhecimento e promover a competência dos elementos envolvidos nesta matéria. Para isso, para que o trabalho seja desenvolvido e tenha êxito, é necessário adquirir um conjunto de equipamentos, que fazem parte da informação técnica. Assim, dar conhecimento e pedir à Câmara que delibere sobre a autorização da despesa.”-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a aquisição de 100 armadilhas seletivas para vespa velutina, o atrativo com feromonas para 60 dias e 5 fatos de proteção individual de tecido em nylon duplo e arejado, com viseira e par de luvas, com um valor estimado de 1.250,00 euros, isento de IVA, à empresa Associação Modelismo Centro Portugal que apresenta os equipamentos com as características pretendidas para estas ações, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

13.2. Aquisição de Serviços

Assunto: **PROTEÇÃO CIVIL**

- . **Ações de Controle e Combate à Vespa Asiática e Outras Pragas**
- . **Aquisição de serviços**

No seguimento da reunião havida, no dia 28 de fevereiro de 2020, entre os elementos que estão envolvidos no combate e destruição de ninhos, de *Vespa Velutina*, nomeadamente o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Soure, João Paulo Contente, o Médico veterinário, Joaquim e a Técnica superior Cremilde Pimentel, ficou delineado um conjunto de atividades a desenvolver em 2020.

Um dos objetivos pretendidos é a rentabilização do tempo entre comunicação do ninho e a sua eliminação. Pretende-se também uniformizar a informação recolhida no terreno e agilizar a sua distribuição entre os vários intervenientes no processo.

Assim sugere-se a aquisição de uma Plataforma de Apoio aplicada ao caso da Vespa asiática, com o objetivo de dotar com sistemas de apoio à decisão e planeamento, que dá acesso à tecnologia do FLOW aplicada ao caso da Vespa Velutina nomeadamente:

- Registo de deteções de Vespa Velutina (tanto através de **Aplicação móvel** Android e Apple IOS como através de **plataforma WEB**);
- **Caracterização dos ninhos** encontrados (altura, dimensão, data de identificação, ações realizadas);
- **Visualização em mapa** de todas as deteções de ninhos;
- **Exportação** da informação, de forma automatizada, para que possam enviar a entidades terceiras como por exemplo **ICNF**;

Estimando-se o valor base em 890,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com acesso de uma subscrição de 12 meses da plataforma.

À Consideração Superior
Gabinete Técnico Florestal
A Técnica
(Cremilde Pimentel, Eng.ª)
02.03.2020

O Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira, referiu que: “sugere-se a aquisição de uma plataforma de apoio aplicada ao caso da vespa asiática, com o objetivo de dotar com sistemas de apoio à decisão e planeamento, que dá acesso à tecnologia de FLOW aplicada ao caso da vespa velutina, nomeadamente: registo de deteção da vespa, caracterização dos ninhos, visualização em mapa e exportação. Isto não é mais do que termos mecanismos de controle e que serão monitorizados por técnicos e administrativos da Câmara, que irão trabalhar na plataforma. O que se trata é de estarmos mais bem preparados, dotar o município e os técnicos de melhor equipamento de forma a monitorizar e combater a questão da vespa asiática que, como todos sabem, é uma praga grande, não só no nosso Concelho mas um pouco por todo o país.”-----

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Deliberado, por unanimidade, aprovar a aquisição de uma Plataforma de Apoio aplicada ao caso da Vespa Asiática, à empresa EnsoOrigins, Lda, com o objetivo de dotar com sistemas de apoio à decisão e planeamento, que dá acesso à tecnologia do FLOW aplicada ao caso da Vespa Velutina nomeadamente:

- Registo de deteções de Vespa Velutina (tanto através de Aplicação móvel Android e Apple IOS como através de plataforma WEB);***
- Caracterização dos ninhos encontrados (altura, dimensão, data de identificação, ações realizadas);***
- Visualização em mapa de todas as deteções de ninhos;***
- Exportação da informação, de forma automatizada, para que possam enviar a entidades terceiras como por exemplo ICNF;***

Estimando-se o valor base em 890,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com acesso de uma subscrição de 12 meses da plataforma, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 14. PROTEÇÃO CIVIL

. ESTUDOS E PROJETOS

- Aviso - EEA Grants – No Âmbito da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas 2020**
- Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Soure - PMAACS**
- . Elaboração**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: PROTEÇÃO CIVIL

ESTUDOS E PROJECTOS

- . AVISO – EEA GRANTS – NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2020**
- . PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE SOURE - PMAACS**
- . Elaboração**

Verificando-se a necessidade de implementar medidas e ações que permitam contribuir para a promoção do bom estado ambiental dos ecossistemas e reduzir os efeitos adversos da poluição e de outras atividades humanas, associadas às alterações climáticas e uma vez que se encontram abertas candidaturas, ao Aviso - EEA Grants, no âmbito da estratégia de adaptação às alterações climáticas 2020, onde está previsto nas suas tipologias de operações **a elaboração do Plano Municipal de Adaptações às Alterações Climáticas**, informamos que é relevante promover uma candidatura, a este

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

programa, de forma a dotar o Município de ferramentas de apoio, que permitirão sustentar o melhor desenvolvimento da estratégia local de adaptação.

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no presente aviso assumem uma taxa máxima de cofinanciamento de 85% das despesas elegíveis.

Assim sugere-se a aprovação da submissão da candidatura e do presente caderno de encargos, para a elaboração **do Plano Municipal de Adaptações às Alterações Climáticas**, com o objetivo de dotar o Município de Soure de um instrumento de trabalho de apoio à decisão, caso a candidatura seja aprovada sugerimos a consulta à empresa irRaiare, Science for evolution que apresenta um valor base em 9 000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À Consideração Superior
A Técnica Superior
(Cremilde Pimentel, Eng.ª)
04.03.2020

Deliberado, por unanimidade, aprovar a submissão da Candidatura e do presente Caderno de Encargos, para a elaboração do Plano Municipal de Adaptações às Alterações Climáticas, com o objetivo de dotar o Município de Soure de um instrumento de trabalho de apoio à decisão, caso a Candidatura seja aprovada sugerimos a consulta à empresa irRaiare, Science for Evolution que apresenta um valor base em 9.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

- Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**
- . CONSERVAÇÃO /REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS**
 - . Troço da EM 342 na Zona de Santo Isidro**
 - Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE – EM ZONAS URBANAS
TROÇO DA EM 342 NA ZONA DE SANTO ISIDRO
LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **28.03.2016**, à empresa **Versus – Construção Civil e Obras Públicas, S.A.**, pelo valor de **149.606,23 €**, acrescido de IVA.

O auto de receção provisória foi homologado em reunião de Câmara por deliberação de **31.10.2016**.

De acordo com o auto em anexo, estão reunidas as condições necessárias à autorização da libertação solicitada.

Assim, propõe-se:

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

- a) A homologação do auto de vistoria em anexo;
- b) A libertação de 75 % do valor das cauções da obra.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.03.2020

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de vistoria e a libertação de 75% do valor das cauções da obra, de 149.606,23 euros, acrescido de IVA à empresa Versus-Construção Civil e Obras Públicas, S. A, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 16. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Fornecimento de Seguros Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais (Incluindo Autarcas e Bombeiros), Responsabilidade Civil e Multirriscos, ao Abrigo do Acordo-Quadro para Fornecimento de Seguros da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
- . Processo Contratação Pública – S110/2019
- Minuta de Contrato – Para Ratificação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ♦ Processo Contratação Pública – S110/2019
- Minuta de Contrato**

Relativamente ao assunto em epígrafe, tenho a informar o seguinte:

- No dia 27/02/2020 foi enviado à Fidelidade Companhia de Seguros S.A. a comunicação de adjudicação bem como a minuta do contrato para aprovação;
- No mesmo dia foi remetido um e-mail do Gabinete de Concursos Públicos com uma solicitação de retificação à minuta quanto:
 - *Cláusula segunda- supressão “ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor” e substituição por “isento de IVA, nos termos do n.º28 do artigo 9.º do CIVA”;*
 - *Cláusula segunda- retificação do extenso do prémio do Lote 7;*
- Quanto ao IVA, o pedido de retificação é pertinente visto que o objecto do contrato se enquadra no referido n.º 28 do artigo 9.º do CIVA, tratando-se de uma alteração que decorre da lei em vigor;
- Quanto ao texto referente ao valor do lote 7, tratou-se de um mero lapso de escrita;

Considerando o exposto, somos de opinião que:

Se aprobe a alteração à minuta, no sentido de na cláusula segunda ficar a constar o seguinte:

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

“Segunda

(Preço e condições de pagamento)

O encargo deste contrato, para os lotes adjudicados à representada do segundo contraente é de:-----

--- **valor anual : €75.612,05 (setenta e cinco mil seiscientos e doze euros e cinco cêntimos)**, isento de IVA, nos termos do n.º28 do artigo 9.º do CIVA, a que corresponde ao valor de €39.468,15 (trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e oito euros e quinze cêntimos) – Lote 2; ao valor de €8.171,50 (oito mil cento e setenta e um euros e cinquenta cêntimos) – Lote 5; ao valor de €10.000,00 (dez mil euros) - Lote 6; e ao valor de €17.972,40 (dezassete mil novecentos e setenta e dois euros e quarenta cêntimos – Lote 7.-----

--- **cada renovação terá como valor máximo de €75.612,05 (setenta e cinco mil seiscientos e doze euros e cinco cêntimos)**, isento de IVA, nos termos do n.º28 do artigo 9.º do CIVA, a que corresponde o valor máximo por cada lote atrás mencionado.-----

Assim, considerando o contrato inicial até ao limite máximo das suas renovações este contrato terá um **encargo global de €226.836,15** (duzentos e vinte e seis mil oitocentos e trinta e seis euros e quinze cêntimos).-----

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 03 de março de 2020

A Técnica Superior,

(Célia Cordeiro, Dra.)

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes.-----

Ponto 17. RECURSOS HUMANOS

- . Mobilidade Interna Entre Órgãos para Preenchimento de Um Posto de Trabalho na Carreira/Categoria de Técnico Superior - Jurista
- Término do Procedimento - Para Conhecimento

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ► RECURSOS HUMANOS

- Mobilidade Interna Entre Órgãos para Preenchimento de Um Posto de Trabalho na Carreira / Categoria de Técnico Superior – Jurista
- * Término do Procedimento

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e na sequência da conclusão do procedimento, foi selecionada a candidata Ana Neves Ramos, Escrivã Auxiliar na Comarca de Lisboa Oeste.

Dando cumprimento ao estipulado na al. a) do n.º 1 do art. 94.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, foi solicitado à Direção-Geral da Administração da Justiça o Acordo da mobilidade interna entre órgãos, o qual foi indeferido.

Deste modo, informamos que o lugar não foi ocupado por falta de acordo do serviço de origem.

Sugere-se, que este assunto seja submetido à Câmara Municipal para conhecimento.

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

À Consideração Superior,
Paços do Município de Soure, 02 de março de 2020
A Assistente Técnica,
(Ana Elias)

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “retiro este ponto da Ordem de Trabalhos porque questionei os serviços sobre a exata informação que aqui está porque, no estudo do ponto, me ocorreu uma dúvida e que gostaria de ouvir o contraditório dos serviços, e vou explicar. Nós temos tido muita dificuldade em, veja-se o tempo, mesmo este de mobilidade de jurista está aqui há mais de um ano e, portanto, vários esclarecimentos e agora o concurso fica deserto conforme decorre. As instruções que dei aos serviços, e viria em ponto subsequente, abrir concurso público para jurista, ainda assim, li na lei que passados seis meses da primeira recusa da entidade em deixar sair determinado tipo de trabalhador, que ele pode sair ainda que para outra entidade. Acontece, e fui alertado pela pessoa interessada neste procedimento, que já era a segunda recusa, passados os seis meses e, como tal, teria direito a vir e estava à espera de um recurso lá no serviço onde está sobre esta matéria. Portanto, se nós hoje deliberássemos que o procedimento estava encerrado, estava encerrado. Assim, irei aguardar para a próxima reunião de Câmara declarar encerrar se verificarmos que ele é mesmo de encerrar, toma-se conhecimento deste encerramento e virá à reunião a abertura do concurso público na área de juristas porque temos essa extrema necessidade de nos dotarmos desses técnicos.”-----

O Senhor Presidente propôs retirar o ponto da Ordem de Trabalhos para melhor informação, ao que nenhum Vereador se opôs.-----

**Ponto 18. HORA DO PLANETA 2020
- Proposta de Adesão**

Foi presente a seguinte proposta:

PROPOSTA

**HORA DO PLANETA – 2020
. Proposta de Adesão**

Relativamente ao assunto em epigrafe, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) informou as Câmaras Municipais da sua decisão de adesão à iniciativa intitulada “*Hora do Planeta*”, que consiste em desligar todas as luzes, interiores e exteriores dos edifícios e monumentos emblemáticos das localidades, bem como das residências particulares.

Esta ação simbólica em defesa do ambiente irá decorrer no dia 28 de março de 2020, entre as 20h30 e as 21h30.

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

O Município de Soure tem vindo a aderir nos últimos anos a esta ação, mandando desligar a iluminação envolvente ao Castelo e ao Edifício dos Paços do Concelho.

Face ao atrás exposto, propomos que o Executivo Municipal aprove a Proposta de Adesão à “*Hora do Planeta*”, em sintonia com a opção da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), desligando, entre as 20h30 e as 21h30 do dia 28 de março, a energia nos dois símbolos do Concelho atrás aludidos.

Soure, 4 de março de 2020
A vereadora da Câmara Municipal de Soure
(Ana Patrícia Alves Pereira)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Adesão à “Hora do Planeta”, em sintonia com a Opção da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), desligando, entre as 20h30 e as 21h30 do dia 28 de março, a iluminação envolvente ao Castelo e ao Edifício dos Paços do Concelho, conforme proposta apresentada pela Senhora Vereadora Ana Patrícia Alves Pereira.-----

Ponto 19. Demolição de Prédio em Ruínas – Processo: 11/2020/03 – Casalinhos

- . **Aprovação do Auto de Vistoria**
- **Dispensa de Audiência Prévia nos Termos do CPA e Determinação da Ordem de Demolição**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto : Demolição de prédio em ruínas – Processo: 11/2020/03 – Casalinhos
aprovação do auto de vistoria
dispensa de audiência prévia nos termos do CPA e determinação da ordem de demolição

Em 05 de março de 2020 foi realizada vistoria, determinada por despacho do dia 4 de março do Sr Vice-Presidente da Câmara, tendo sido lavrado auto que se dá aqui integralmente por reproduzido.

Em face do teor do auto de vistoria, ao abrigo do nº 3 do artº 89º do DL 555/89, de 16/12, com as alterações do DL 136/2014, de 09/09, a Câmara Municipal pode ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas.

Para o efeito poderá conceder-se um prazo de 5 dias.

Previamente à tomada de decisão deverá proceder-se à audiência escrita do interessado, no prazo de 10 dias, nos termos dos artigos 121º e seguintes do CPA, quanto ao projeto de decisão acima descrito e ainda quanto ao teor do auto de vistoria.

Contudo, face ao avançado estado de ruína e falta de solidez e segurança do prédio, com a agravante de se situar junto a uma via pública, pondo em risco a segurança das pessoas que ali circulam, sugere-se que se dispense a audiência prévia.

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Face ao exposto sugere-se que:

- 1 – A Câmara Municipal aprove o teor do auto de vistoria e determine a execução da demolição do telheiro e remoção dos escombros;
- 2 – Se dispense a audiência prévia dada a urgência na demolição;
- 3 - Se notifique o Sr Fernando Figueiredo Marques Leal, residente na Rua do Miradouro, nº 30 em Coimbra, na qualidade de proprietário, para proceder à demolição do edifício e remoção dos escombros no prazo de 5 dias.

Maria José O. Carvalho – Eng^a
Chefe de Divisão de G.U.P.D.
05.03.2020

Deliberado, por unanimidade, aprovar:

- ***O teor do auto de vistoria e determinar a execução da demolição do telheiro e remoção dos escombros;***
- ***Se dispense a audiência prévia dada a urgência na demolição;***
- ***Se notifique o Sr. Fernando Figueiredo Marques Leal, residente na Rua do Miradouro, nº 30 em Coimbra, na qualidade de proprietário, para proceder à demolição do edifício e remoção dos escombros no prazo de 5 dias, conforme decorre da informação técnica dos Serviços.-----***

- Ponto 20. PIPSC – Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica Estudo e/ou Projeto de Execução**
- . Resolução do Conselho de Ministros N.º 50/2019, de 5 de março
 - . Pedreira “Gesseira S. José do Pinheiro” - n.º da Licença 392 (Classe 1)
 - . Sita em: Freguesia de Soure, Concelho de Soure
 - . Firma: Agrepor Agregados – Extração de Inertes, SA

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: PIPSC – Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica
Estudo e/ou Projeto de Execução
Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março
Pedreira “Gesseira S. José do Pinheiro” – n.º da Licença 392 (Classe 1)
Sita em: Freguesia de Soure, Concelho de Soure
Firma: Agrepor Agregados – Extração de Inertes, SA

A Agrepor Agregados Extração de Inertes SA, na sequência de um ofício recebido da Direção Geral de Energia e Geologia, solicitou ao Município de Soure a marcação de uma reunião sobre o assunto em epígrafe.

A reunião decorreu no dia 26 de fevereiro de 2020. O Município fez-se representar pelo Vice-Presidente Sr. Américo Nogueira, pela Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, Planeamento e Desenvolvimento, Eng.ª Maria José Carvalho e pelo Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais, Eng.º Mário Monteiro. A Agrepor Agregados Extração de Inertes SA, firma responsável

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

pela exploração da Pedreira em causa, foi representada pelo Diretor de Atividades dos Agregados, Eng.º Joaquim Cascalheira, pelo Diretor de Serviços Agregados – Zona Centro, Eng.º Luís Carmona e pelo Diretor de Serviço, Eng.º António Paulo Caetano.

Relativamente à Pedreira “Gesreira S. José do Pinheiro”- n.º de Licença 392 (Classe 1), situada em S. José do Pinheiro, freguesia de Soure verificou-se que não existe situação de risco eminente. Contudo, foi aprovado pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) um Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), que deverá ser aplicado tendo em conta as seguintes condições:

1. Subscrever o projeto/estudo apresentado no âmbito da notificação PIPSC por parte do Responsável Técnico da pedreira, num prazo de 30 dias, devendo assumir a responsabilização da sua execução;
2. Até à conclusão dos trabalhos de reposição da zona de defesa ao caminho público, a executar no prazo de 10 meses, garantir a segurança no troço em causa e manter eventual condicionamento adequado nesse mesmo troço, supervisionado pela Câmara Municipal de Soure;
3. Concluir no prazo de 26 meses, como o previsto, o conjunto de todos os trabalhos, que incluem a reposição das zonas de defesa, devendo a sua execução obedecer a todas as regras de segurança aplicáveis;
4. Criar estrutura de contenção na frente do talude, na zona de falha;
5. Prolongar para E as bancadas existentes no quadrante SE;
6. Proceder à instalação de uma rede de drenagem pela periferia da área de exploração, nas zonas de cotas mais elevadas, a constituir por valas de escavação;
7. Verificar regularmente os taludes e respetivo registo, que deve incluir um registo fotográfico, a fim de detetar alterações significativas do seu estado;
8. Avaliar a monitorização geotécnica prevista, no final dos 3 anos propostos, com comunicação à DGEG-Área Centro e Câmara Municipal de Soure, de modo a redefinir, ou não, o seu plano de monitorização;
9. Proceder à observação e registos através de métodos e equipamentos adequados, que evidenciem a verificação da estabilidade do talude, até à conclusão do projeto garantindo, assim, o acionamento de medidas complementares, caso se venha a verificar qualquer indício de deslocamento ou rotura;
10. Elaborar relatórios relativos às observações e registos efetuados, que deverão ser subscritos pelo responsável técnico da pedreira e estar disponíveis para consulta pela DGEG-Área Centro e outra eventual entidade;
11. Dar conhecimento imediato à DGEG se for verificada qualquer situação de risco iminente e acionar as medidas de emergência adequadas;
12. Comunicar as leituras e os respetivos relatórios que forem sendo efetuados, com uma periodicidade semestral;
13. Caso se verifique uma alteração significativa na geometria dos taludes em causa, nomeadamente do que confina com o caminho público, comunicar à DGEG-Área Centro, Câmara Municipal de Soure e Proteção Civil local, devendo ser tomadas, de imediato, medidas adequadas à salvaguarda de pessoas e bens;
14. Implementar, de imediato, as medidas preventivas que se revelem necessárias, bem como o Plano de monitorização Geotécnica dos taludes em causa;
15. Enquanto não estiverem concluídos os trabalhos e respetivas soluções propostas para o talude que se localiza junto ao caminho público, garantir, por parte da Agrepor Agregados Extração de Inertes SA, as condições de segurança necessárias e adequadas para pessoas e bens, podendo o troço em causa ser condicionado/interdito de acordo com eventual determinação da Câmara Municipal de Soure;
16. Repor as condições de segurança impreterivelmente até 31 de janeiro de 2022, de acordo com o disposto no n.º 12, da Resolução do Conselho de Ministros n.º50/2019, de 5 de março;
17. Apresentar uma revisão do Plano da Pedreira que contemple as soluções apresentadas.

A Agrepor contratou uma empresa para repor a zona de segurança, com muro de gabiões, no prazo de 26 meses (conforme referido no ponto 3.). Aguarda a entrega do projeto de execução. Entretanto, alteraram o método de exploração e, desde 2016, não usam explosivos e o material que não aproveitam é usado para enchimento.

O Vice-Presidente,
(Américo Ferreira Nogueira)
02.03.2020

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

O Senhor Presidente Mário Jorge Nunes, referiu que: “temos a grata honra de ter uma informação do Senhor Vice-Presidente, é sinal que também se preocupa com esta matéria, que tem sido objeto de grande preocupação de autarcas e do público em geral, portanto, sabia que está a acompanhar esta situação e a outra e que olhando para o relatório, como já tinha dito na Assembleia Municipal, da Direção Geral de Energia, que não é nada confortável para nós, sabendo nós das implicações e de responsabilidade que recai sobre os autarcas nesta matéria, o Senhor Vice-Presidente faz aqui uma explanação exaustiva e aquilo que nos dá conhecimento é que, sem estar a ler a informação, já estão a ser implementadas e que no caso da Pedreira da Agrepor leva-nos a ter aqui alguma esperança de que as coisas estão bem encaminhadas no sentido de se manterem as condições de segurança das populações, do espaço envolvente e cuja abertura, pelos dados que aqui estão, nos dá algum conforto e penso que é a opinião do Senhor Vice-Presidente.”-----

O Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira referiu que: “saudar a administração da Agrepor pela disponibilidade que teve em pedir a reunião e disponibilizar-se para trabalhar com o Município em todas as ações que nós entendemos, por bem, levar a cabo. Considerando que estamos a falar mais de questões técnicas, se houver alguma dúvida, o Chefe de Divisão, Eng.º Mário Monteiro, que acompanhou a reunião, está disponível para tratar algum assunto mais complicado que eu não consiga responder, mas como diz o Senhor Presidente, e bem, tratando-se de um tema atual, não só a nível municipal, mas a nível nacional, que tem levantado alguns problemas pelos Senhores Vereadores presentes e também na própria Assembleia Municipal, entendi, depois da reunião, trazer este documento para conhecimento e para o Senhor Presidente lhe dar o seguimento que entender por bem.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “saúdo a apresentação e a vinda a esta reunião do Plano de Intervenção nestas pedreiras. Tem sido um assunto levantado pela CDU, quer em reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal; a última intervenção teve a ver com notícias que vieram a público de condenação de autarcas noutros sítios, nomeadamente no Alentejo, relacionado com pedreiras e acidentes verificados em pedreiras. Portanto, eu queria saudar o plano porque, analisando os pontos que estão contemplados neste plano, verificamos que há aqui uma intervenção bem estruturada, penso eu, calendarizada no tempo e, portanto, ficamos com esperança que o problema e a preocupação que esta pedreira nos levanta e a todas as pessoas que por ali passam seja resolvida e que não represente um perigo para as pessoas que ali vivem e que por ali passam. A única recomendação que gostaria de fazer é que a Câmara Municipal e os seus serviços acompanhem a implementação e a concretização deste plano.”-----

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “estive a ler o documento e há alguns pontos que gostaria de ver mais esclarecidos.

A pedreira de S. José do Pinheiro é considerada uma pedreira em situação de crise, não é?! Embora se diga que não existe situação de risco eminente mas depois o parecer da Direção Geral de Energia e Geologia elaborou um plano, ela é enquadrada e vai ser aplicado esse plano de intervenção.

A pedreira de Carvalhal de Tapeus também é uma pedreira em situação de crise?! Também vai ser aplicado este plano?!

Estão aqui uns prazos... é a partir de que data? A partir de hoje, de quando se recebeu... é possível que seja uma data mas eu, sinceramente, não consigo perceber. Esses 10 meses/26 meses... esses prazos contam a partir de que data? Da data em que a Direção Geral de Energia... conta a partir da notificação da Direção Geral a essas pedreiras...”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “complementando algumas questões colocadas pelo Eng. Agostinho...

Já tinha sido comunicado o ano passado, início do ano 2019 e se procurarem em atas há referência à Pedreira do Carvalhal, propriedade do grupo Beira Calcários e também nos apareceu a Gesseira do Pinheiro. Nós, a gesseira do Pinheiro, temos acompanhado, presencialmente, os nossos técnicos têm feito visitas regulares, promovidas pelo próprio Grupo Cimpor, os donos da Agrepor e o seu licenciamento tem obedecido porque tem ali outros problemas. Toda a gente sabe, por exemplo, que nós temos um problema na estrada de ligação do Pinheiro a Alencarce, que tem um abatimento, já foi objeto de muito investimento por parte do Município, foi objeto de estudo geológico pela Universidade e Coimbra, que encomendámos há cerca de quatro anos, ligações às antigas minas e especulação empírica às antigas minas do carvão, etc, que nos obrigam a ter... e a abertura da entidade exploradora para ter aqui uma proximidade muito maior com o Município. Ficámos um pouco surpreendidos quando ela aparece referenciada como uma situação de risco para as situações limítrofes. Não me atrevo a dizer que nos pareceu exagerada mas quem somos nós para considerar isso e como disse o Senhor Vice-Presidente, e bem, tem havido visitas, considerações quer da parte da Eng. Maria José, quer do Eng. Mário agora nesta fase de mitigação, que tem a ver com a segurança das vias de comunicação.

No caso da Pedreira do Carvalhal, nós temos uma perceção, senso comum, que o problema é mais das outras pedreiras de cima do que das de baixo, no entanto, a nota que há é sobre a de baixo e não sobre a de cima e estão a ser feitos os trabalhos que constam do plano que eles são obrigados a cumprir e o Estado assumiu aqui um papel que ou os proprietários executam ou o Estado vai substituir-se através de uma empresa pública, que é a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, que irá ela fazer as obras... é mais ou menos com a Defesa da Floresta contra Incêndios, se as pessoas não fizerem, faz a Câmara e apresenta a

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

conta aos proprietários. Aqui, isso é discutível, mas não vamos hoje discutir o programa do Estado, certo é que continua a ser sinalizado também de risco. Estamos a acompanhar, iremos aprofundar. Esta do Pinheiro, estamos convencidos que virá a bom porto, eles não têm um plano de lavra para o lado do Pinheiro, é para o lado oposto, portanto, não haverá situações de risco. O mesmo se passa com o plano de lavra da Pedreira do Carvalhal, eles estão a repor, estão a fazer talude, no sítio equivalente àquela curva apertada, para mitigar algum efeito. Portanto, aquilo que é pedido aos serviços é que havendo necessidade de recorrer a serviços externos especializados para nos acompanhar nessa matéria tendo em conta a importância, que devemos manter informados os autarcas, quer os nossos colegas de Executivo, quer a Assembleia Municipal que se tem preocupado com este assunto.”-----

Foi tomado conhecimento da informação do Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira.-----

Ponto 21. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . RESÍDUOS
- . POSEUR-11-2019-25 – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS
- . Recolha Seletiva Multimaterial Porta-a-Porta na Vila de Soure
 - Escolha de Procedimentos

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “vou alterar o que está enunciado neste ponto e vou apenas dar informação, ou seja, estes quatro subpontos, que são aberturas de procedimentos, vão aguardar por uma alteração orçamental que estão a preparar. Nós temos aqui uma obrigação da candidatura que é até ao dia 21 dar início a este procedimento, portanto, a execução da candidatura, há alguma pressa mas falta ainda uma alteração orçamental que estou a preparar, porque a candidatura foi aprovada, falta dar entrada da receita da candidatura e depois para ter cabimentada a despesa da mesma.”-----

21.1. Contentores Domésticos para Deposição de Seletiva, Sistema de identificação e Localização, Sistema de Pesagem e Software de Controlo do Sistema

O Senhor Presidente da Câmara prestou informação sobre este ponto, afirmando que vai proceder à abertura dos respetivos procedimentos nos termos do CCP, após Alteração Orçamental a ser entretanto desenvolvida.-----

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

21.2. Aquisição de Compactador de Resíduos

O Senhor Presidente da Câmara prestou informação sobre este ponto, afirmando que vai proceder à abertura dos respetivos procedimentos nos termos do CCP, após Alteração Orçamental a ser entretanto desenvolvida.-----

21.3. Aquisição de Viaturas para Recolha Seletiva de Resíduos

O Senhor Presidente da Câmara prestou informação sobre este ponto, afirmando que vai proceder à abertura dos respetivos procedimentos nos termos do CCP, após Alteração Orçamental a ser entretanto desenvolvida.-----

21.4. Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Ações de Informação e Sensibilização

O Senhor Presidente da Câmara prestou informação sobre este ponto, afirmando que vai proceder à abertura dos respetivos procedimentos nos termos do CCP, após Alteração Orçamental a ser entretanto desenvolvida.-----

Ponto 22. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

. FATACIS E FEIRA DE S. MATEUS//2020

- Constituição da Comissão Executiva

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “não trago nenhuma proposta prévia mas trago o interesse em que hoje fique aqui eleita a Comissão Executiva para 2020. É necessário começar a preparar. Aquilo que pretendo saber dos Senhores Vereadores é quem é que está disponível para integrar esta Comissão. Como diz o regulamento, a Comissão é composta por 9 elementos, de preferência funcionários e eleitos do Município de Soure, a quem se deve juntar o Senhor Presidente ou um representante da Junta de Freguesia de Soure e um representante da Associação Empresarial de Soure. Neste contexto, nós somos 7 e se nos disponibilizarmos fica feita a Comissão, se algum dos Senhores ou Senhoras não estiver disponível para fazer parte desta Comissão, irei fazer uma proposta com outros agentes municipais.

É preciso trabalhar muito rapidamente e faremos reuniões desta Comissão tão breve quanto possível porque já tenho também algumas ideias a propor à Comissão e falámos aqui, na última reunião, há um mês atrás, trouxemos este ponto para discussão para saber se havia necessidade de alterar o regulamento ou não... decidimos não alterar. Nesse preâmbulo foi

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

aqui dito e discutido se havia necessidade de alterar o modelo... eu penso que, nesta data de março e perante as atuais circunstâncias, devemos manter o modelo.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “a sua intervenção mais reforça a minha sugestão para que o Senhor integre esta Comissão. Não tem sentido que, sendo o Executivo constituído por sete pessoas, esta Comissão tenha seis elementos ficando o Presidente de Câmara de fora quando nós sabemos, e eu faço parte desta Comissão há alguns anos, que o Senhor acaba por ser, eu não direi determinante, muito importante na consulta informal para o programa das festas. Eu acho que o Senhor Presidente deve fazer parte desta Comissão.

Segundo ponto, queria deixar, aceitando eu, naturalmente, que nunca me furto ao envolvimento e em particular do São Mateus, aquilo que deixo aqui como recomendação é que este grupo de pessoas que se disponibilizam para trabalhar em torno do São Mateus sejam, efetivamente, aproveitadas em todo o trabalho de São Mateus e não só numa reunião ou duas, que são marcadas para elaborarmos e construirmos o programa. Disponibilizo-me, e certamente os Senhores Vereadores também, para nos envolvermos, de forma mais real e mais concreta, em todo o trabalho de São Mateus e não só na escolha do programa ou na seleção do programa e reforço a grande força que seria o Senhor Presidente fazer parte, formalmente, desta Comissão.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “estive muito bem o alcance da sua proposta e a Senhora também percebe bem o alcance da minha resposta, como tal estamos entendidos nessa matéria.”-----

O Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira referiu que: “apenas reforçar a ideia da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos. As Festas de São Mateus são o maior evento do Concelho e, por isso mesmo, não faz sentido, na minha opinião, que estando todos os Vereadores disponíveis para fazer parte da Comissão, que o Senhor Presidente não presida à mesma. Seria quase obrigatório a presença do Senhor Presidente mas se também não está disponível... Lamento e não compreendo a ausência do Senhor Presidente na Comissão de Festas de S. Mateus. Por muitos eventos que se realizem durante o ano no Concelho, não haverá dúvidas que as Festas de S. Mateus serão sempre o cartaz mais importante a todos os níveis para Soure...”-----

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “peço desculpa pela minha ignorância mas nem percebo a sua situação nem a da Senhora Vereadora... façam o favor de explicar como se eu não soubesse ler.”-----

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, deu uma breve explicação em off.-----

Deliberado, por unanimidade, após escrutínio secreto, com 7 (sete) votos a favor, aprovar a lista submetida a sufrágio da Comissão Executiva para a Fatacis e Feira de S. Mateus//2020, proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes composta por: o Vice-Presidente Américo Nogueira, a Vereadora Dra. Nádia Gouveia, o Vereador Dr. Gil Soares, a Vereadora Ana Pereira, a Vereadora Dra. Manuela Santos e o Vereador Eng. Agostinho Gonçalves; a Junta de Freguesia de Soure; a Associação Empresarial de Soure e a Chefe de Gabinete Dra. Teresa Pedrosa.-----

**Ponto 23. DEFESA DO MEIO AMBIENTE – JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO
. AVALIAÇÃO DE ÁRVORE DO JARDIM DA PRAÇA DA REPÚBLICA
- Informação**

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: DEFESA DO MEIO AMBIENTE
. Jardins e parques, arborizações
- Avaliação de árvore do jardim da Praça da República
.INFORMAÇÃO

Relativamente ao assunto em epígrafe e de acordo com o solicitado superiormente e de acordo com as indicações mencionadas no email da Sr.ª Vereadora, Ana Patrícia, vimos informar V. Ex.ª o seguinte:

Os espaços verdes urbanos têm funções culturais, de integração, de enquadramento, didáticas, e necessitam de um conjunto de cuidados, permanentes ou temporários, para manter as suas estruturas e funções em boas condições.

Após deslocação local foi-me permitido observar que a árvore em questão apresenta alguns sintomas de debilidade como fissuras verticais e de podridão, de acordo com as fotos em anexo.

Para uma avaliação do estado em que se encontra a árvore seriam necessários meios técnicos e materiais de que não se dispõe.

Face ao exposto sugiro que se contacte empresas qualificadas para efetuar a referida avaliação à semelhança de situações anteriores.

À Consideração Superior
A Técnica Superior,
(Cremilde Pimentel, Eng.ª)
05.03.2020

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “no decorrer do serviço de podas efetuado no jardim, como podem verificar, está ali uma árvore que não foi podada porque a empresa que o andou a fazer tirou fotografias e disse aquilo que nós já sabíamos, sem ter uma apreciação técnica, o estado crítico daquela árvore, se bem que há mais árvores em estado crítico, diria eu, quase idêntico ou que para lá caminham. Isto foi identificado no dia 5 de março, quando estes documentos estavam a ser preparados para a reunião de Câmara e não estando anunciado nenhum temporal para estes dias nem nenhum evento público que movimentasse massas significativas de pessoas para junto destas árvores, entendi que tínhamos aqui algum tempo, e até para servir de exemplo e de pedagogia, para se perceber. Pedi aos serviços existentes, à Engenheira do Ambiente e à Engenheira Florestal que dissesse alguma coisa sobre este assunto porque a nossa técnica, no dia 18 de setembro de 2019, telefonou-me a dizer que havia uma árvore em frente a Câmara que estava em risco de cair e que podia ser um perigo e mandei cortar, nessa altura, a árvore e quando aqui chego sou alertado pelos jardineiros da Câmara “o Senhor mandou cortar esta mas as outras... venha ver, estão em igual estado”. Perante o mau tempo anunciado para sábado e perante o conjunto de pessoas que se viriam a juntar em volta da televisão, que estava cá, mandei cortar as árvores que todos têm conhecimento.

Aqui, as mesmas técnicas, pedi que escrevessem alguma coisa. Não conhecendo eu empresas que venham fazer a tal análise, aquilo que vos trago é para conhecimento de que aquela árvore que ali está por podar, está aqui fotografada e tem este aspeto. Aliás, os operadores que andaram a podar nem quiseram encostar escada a esta árvore e tivemos, há três anos atrás, um jardineiro nosso que ao encostar e subir a escada a uma das árvores que foi abatida, ela mesma partiu e ele partiu a clavícula e um braço.

Pedi a um conceituado professor de arquitetura de Coimbra, Professor Doutor João Mendes Ribeiro, que nos fez aqui uma visita no final do ano ao jardim, um estudo prévio para nós avaliarmos, ficou de nos dizer alguma coisa sobre o ponto de vista arquitetónico, a questão do jardim e também do enfiamento da Avenida Conselheiro Matoso e da Praça do Soldado Desconhecido... o certo é que ainda não há nada dito além de que as coisas têm que ser vistas muito para além do pormenor, num certo enquadramento. Temos que avançar e aqui, aquilo que as Senhoras Técnicas escrevem também não é mais do que isso, é que isto exige um trabalho de pormenor, árvore a árvore e depois passar para um trabalho de visão arquitetónica mais alargada para saber o que é que fazemos ou o que é que mexemos ou mantemos ou não. Isto tudo para dizer o quê?! Nos próximos dias irei dar seguimento à sugestão das Senhoras Técnicas. A Eng. Cremilde Pimentel diz que “*face ao exposto, que se contactem empresas qualificadas para efetuar a referida avaliação à semelhança de situações anteriores*”, ela própria confessa que já houve avaliações anteriores e, diz a Eng. Cristina Madeira, “*perante o observado, parece-me que a árvore em causa apresenta alguns destes sinais e que estamos perante uma situação eminente de abate, razão pela qual devia ser alvo de avaliação por um técnico da área, afim de avaliar o seu estado fitossanitário*”, portanto, vou perguntar a estas duas técnicas superiores da

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

Câmara se conhecem quem é que vem avaliar as árvores para se fazer essa avaliação. Vamos ter que tomar uma ação concreta sobre as restantes árvores do jardim.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “confesso que quando vi isto, fiquei assustada e claro que veio à memória o que se passou em setembro. Logicamente que não me posso atrever a ser contra o abate de árvores ou a demolição de edifícios que põem em risco a segurança das pessoas, naturalmente que qualquer um de nós dirá isso, o que temos é que ter a certeza que não há uma outra solução e que a solução é mesmo uma solução radical. Nós podemos ter um problema na nossa cabeça mas, certamente, que a solução não é cortar a cabeça senão morremos, portanto, aquilo que eu sugeria é que haja uma atitude de procura de informação conhecedora deste assunto, que nos dê uma opinião e que nos traga algo de concreto e fundamentado a este órgão para quando tivermos que deliberar, a deliberação seja uma deliberação informada e consciente.

Segundo ponto, quando foi o abate das árvores, que alterou a imagem deste edifício, o Senhor Presidente informou que traria a esta Câmara um projeto de intervenção naquele espaço, ou seja, não ficaria aberto para todo o sempre mas iria ter uma intervenção estruturada, discutida entre nós para, realmente, ter outro aspeto. O Senhor Presidente acaba de dizer que procurou esta solução num conceituado arquiteto, o Dr. João Mendes Ribeiro.”

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “é importante rebater aqui nesta situação... O Professor João Mendes Ribeiro ou outro porque não vou ficar à espera do ótimo, até porque a solução do Professor João Mendes Ribeiro... para já, já vamos em março... no caso de hoje, também digo Senhora Vereadora, os factos estão ali... *“gato escaldado de água fria tem medo”*... pergunto à Senhora Vereadora, segundo a informação das técnicas, que eu solicitei, coloco à votação o abate daquela árvore e a Senhora vota?”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “não é meu costume sair da sala quando o assunto me incomoda. Eu enfrento as situações, só saio da sala quando não posso votar no plano legal.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “o Presidente da Câmara é que propôs “adiar” isto ou não colocou à discussão... não... a minha responsabilidade sabe o que é que é! Não está previsto televisão, o Desfile de Carnaval já foi... diz aqui uma técnica que diz que a árvore está em risco e o que é que me garante que daqui a bocadinho, vá-se lá saber porquê, está ali uma criança debaixo, à espera da carrinha para ir para o futebol da Vinha da Rainha, trepa a árvore ou um gato... estamos a brincar com coisas sérias. O Presidente da Câmara não levou aquilo a votação porque ele não quis... é evidente que a outra técnica, que é Engenharia Florestal, perante aquilo que aconteceu no São

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

Mateus, fez muito bem, está a jogar à defesa... a Engenheira Cristina Madeira, e bem, diz assim: “*perante o observado, parece-me que a árvore em causa apresenta alguns destes sinais e estamos perante uma situação eminente de abate, razão pelo qual deveria ser alvo de avaliação por um técnico da área, a fim de avaliar o seu estado fitossanitário*”... tem que se avaliar. Hoje, os Senhores Vereadores, para efeitos do exercício do vosso poder, que é igual ao meu aqui nesta sala, tomaram conhecimento da mesma coisa que eu tomo. O vosso nível de responsabilidade tem que ser publicamente e judicialmente, no que quer que seja, exatamente igual ao meu. Portanto, é disto que se trata.

Depois, a Engenheira Cremilde, também não a condeno, vem mais à defesa, é Engenheira Florestal, é a pessoa que tem dado a cara para muitas situações.

Uma coisa é certa, comungo, tenho que fazer um esforço, em termos daquilo que é o plano de atividades municipal, para ir à procura de uma solução razoável se solução ótima nunca nos aparecer porque “*o ótimo é inimigo do bom*”, diz o povo e por alguma razão. Se estamos à espera de um professor, das empresas que fazem mais estudos, e temos aqui um problema para resolver, para isso é que somos eleitos, aceitamos responsabilidades.”-----

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “isto é muito claro, estamos a falar de biomassa, vamos baixar à terra... se a informação dos serviços diz que há perigo, a primeira coisa que o Senhor Presidente tem que fazer é definir um perímetro de segurança da árvore. A seguir, tem que se contactar uma pessoa, não é preciso ser um craque iluminado, especialista em florestal, em botânica e que faça uma avaliação. Enquanto não for feita esta avaliação, define-se um perímetro de segurança. O resto é um projeto de médio/longo prazo para reconstituir o jardim, que está destruído e tem que ser recuperado. Na minha opinião, será uma coisa aceitável e que dignifique o Concelho porque o Jardim da Praça é um ícone cultural para as gentes da Vila, portanto, nessa situação, a primeira coisa a fazer, se estivesse no seu lugar, definia um perímetro de segurança.

Segundo, não é difícil arranjar uma pessoa da Botânica que chegue ali e dê a sua validade e se decidir que é para abater, abate-se. O Dr. João Ribeiro é suficientemente conhecido mas se não for ele, se não tiver tempo, tão em aulas, tem muito trabalho, há outras pessoas, portanto, esta é a minha sugestão para resolver o problema.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “ainda bem que estas discussões existem. Obviamente que o Senhor também é desta área de engenharia e sugeriu muito bem, perímetro de segurança.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Nádia Gouveia, referiu que: “partilho desta opinião, se há perigo há que colocar no imediato esse tal perímetro de segurança para que, pelo menos, esteja assinalada essa zona.

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

Depois, Senhor Presidente, dizer-lhe também, pelo que leio, que as duas informações de duas técnicas, não são da mesma área, mas parece-me que vão no mesmo sentido, porque se a Eng. Cristina diz “*perante o observado, parece-me...*”, ela não afirma, ela diz “*parece-me que a árvore em causa apresenta alguns destes sinais e que estamos perante uma situação eminente de abate*” e a Eng. Cremilde, e parece-me que bem, diz “*então, para uma avaliação do estado em que se encontra a árvore, seriam necessários meios técnicos e materiais de que não dispõem*”... claro, se ela não dispõe dos meios, obviamente que, se calhar, há que consultar alguém especializado na matéria que diga, de facto, se a árvore está mesmo a causar perigo, e aí eu sou naturalmente a favor do abate. Agora, perante estas duas informações, eu não consigo tomar posição, pois nenhuma diz “abata-se”, portanto, se ambas referem “parece-me”, “não temos meios para aferir”... isto não nos dá qualquer “conforto/segurança” para votar.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “estamos todos em sintonia porque, inclusive, não é a primeira vez que a Eng.ª Cremilde Pimentel, que tem dado a cara sobre esta temática, propõe empresas... ainda há dois anos, no Parque da Várzea, foi feita uma intervenção de fundo com uma empresa especializada, um ajuste direto, indicada pela Eng.ª Cremilde e, portanto, é isso que vamos fazer. Agradeço o contributo, ainda bem que somos um Executivo pluri temático porque o contributo do Eng. Agostinho veio com esta norma de segurança que, admito, não me tinha passado pela cabeça mas o Senhor Engenheiro, se calhar, também admite que outros técnicos da Câmara também já deviam ter feito essa sugestão.”-----

O Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira referiu que: “ nestas questões, assim como noutras, quando há perigo e está em causa a segurança, também deve existir bom senso e o Senhor Presidente já nos habituou a ter esse bom senso. Se no início não gostei da sua reação, agora estou mais satisfeito porque percebo que imperou o bom senso e que também está de acordo com a maioria dos Vereadores porque como disse, e bem, a Eng.ª Cremilde, e eu tenho que fazer aqui a defesa da Eng.ª Cremilde, que reconheço ser uma técnica competente e por aquilo que ficou aqui no ar, poderíamos ficar com a sensação contrária. Além de ser uma técnica competente, é especialista na matéria e ela própria já ajudou o Município, o Senhor Presidente e nós próprios, em várias situações. Lembro que no dia 21 de maio de 2019, e não foi há muito tempo, ela pediu um parecer, com o qual o Senhor Presidente concordou, relativo às árvores no Jardim da Praça da República. Ela foi coerente com a informação de maio de 2019 e é aquilo que ela aqui está a dizer. Neste momento, o Senhor Presidente também está de acordo com todos nós. Concordamos com a questão do perímetro de segurança e, como é evidente, de imediato, irei dar ordens para que ele seja executado. Agora eu penso é que a Eng.ª Cremilde, na minha opinião, e bem, fez aquilo que compete a um técnico responsável, que é, não havendo meios técnicos no Município, recorrer a meios exteriores para avaliação do estado de saúde da árvore.”-----

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

Foi tomado conhecimento do estado fitossanitário das árvores, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

- Ponto 24. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE**
- . APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA
 - . Centro Inovação Social
 - Aprovação do Projeto de Execução Revisto
 - . Escolha do Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE**
APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA
CENTRO INOVAÇÃO SOCIAL
- APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO REVISTO
- Escolha de Procedimento Prévio

Relativamente ao tema em assunto, somos a informar/propor:

- Em Reunião do executivo municipal de 16/11/2018 foi, por unanimidade, aprovado o projeto de arquitetura relativo à intervenção prevista para o Centro de Inovação Social de Soure;
- O respetivo projeto de execução foi, igualmente por unanimidade, aprovado em reunião do executivo e de 17/12/2018;
- Em conformidade com o disposto do n.º 2 do artigo 43.º do CCP, foi promovida a sua revisão;
- A revisão efetuada introduziu algumas alterações ao projeto inicialmente elaborado, nomeadamente no seu valor base, cujo montante final é de 848.590,00 €, conforme estimativa orçamental constante das peças escritas do projeto de execução revisto, cuja cópia se junta em anexo;
- De acordo com o n.º 2 do artigo 46.º – A do CCP, para empreitadas de valor superior a 500.000,00 euros, a não contratação por lotes deve ser fundamentada;
- Atentos às características da intervenção, nomeadamente aos factos de se tratar de uma reabilitação de um edifício existente, conjugada com a criação de espaços novos, todos interligados e a funcionarem como um conjunto único, entendemos não ser de adotar a contratação por lotes, fundamentada no facto de as características estruturais da empreitada impedirem que as respetivas prestações sejam técnica e funcionalmente divisíveis em lotes – Art.º 46.º -A, n.º 2, al. a), do CCP.

Assim, com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exª a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de **concurso público**, uma vez que o preço base é de **848.590,00 euros**, cf. alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto.

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, pertence à Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada superior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº 1 do artigo 18.º do Decreto-lei 197/99, de 08 de junho -.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento, para o presente ano de 2020 e nos anos seguintes, pela rubrica **03.01.07.01.03.07** e trata-se de ação inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação **15 001 2017/212 2**.

A distribuir pelos anos de 2020 e 2021, estima-se a seguinte repartição de despesa para cada um dos anos:

- Ano de 2020 – 377.358,00 euros;
- Ano de 2021 – 471.232,00 euros.

2. PROCESSO DE CONCURSO

Do projeto de execução revisto e do programa de procedimento.

3. NOMEAÇÃO DE JÚRI

Nomeação dos membros a integrar o júri:

1. Presidente: Mário Monteiro, Eng.º, Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais;
2. Vogal: Mauro Alegre, Eng.º, Técnico Superior;
3. Vogal: Ivo Costa, Dr., Técnico Superior;
4. Suplente: Fernando Cavacas, Dr., Técnico Superior;
5. Suplente: Evaristo Mendes Duarte, Dr. Técnico Superior.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º.
Chefe de Div. I.O.P.M)
2020-03-02

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “a Dra. Manuela Santos, segundo percebi, invocando um potencial conflito de interesses entre os autores do projeto e a sua pessoa, não quer participar em qualquer discussão sobre o projeto do CIS, por força da autoria dos responsáveis do gabinete de projetos.

Relativamente a este ponto, a informação do Chefe de Divisão, Eng. Mário Monteiro, é que o projeto que nós aprovámos aquando da admissão da candidatura, que foi em final de 2018, a candidatura está submetida; o projeto, tendo em conta o seu valor, era superior a 350.000,00 euros, há obrigação de proceder a revisão; a revisão foi feita por um outro gabinete; os projetistas aceitaram as recomendações de quem fez a revisão; o Eng. Mário fez a validação e vem hoje dizer que estamos em condições, segundo o seu parecer técnico enquanto Chefe de Divisão, de aprovar o projeto revisto, de dizer que o valor base é de 848.590,00 euros e que estamos em condições, estando previsto para o ano 2020 e seguintes esta obra em plano, de avançar para a escolha do procedimento prévio, que será o concurso

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

público, o qual se preconiza que não possa ser dividido em lotes tendo em conta que é uma reparação de edifício e que as componentes não podem ser segregadas e que o júri será presidido pelo próprio Eng. Mário, Vogal o Eng. Mauro e o Dr. Ivo e suplentes o Dr. Fernando Cavacas e o Dr. Evaristo Duarte.”-----

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “só tenho uma questão, de compreensão e de enquadramento. O gabinete que fez a revisão, quem foi? A diferença foi só de 1.400,00 euros, não houve muita diferença. Independentemente das revisões em várias peças do processo, no final, o saldo foi de 1.400,00 euros.”-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar: a adoção da modalidade de concurso público pelo preço base de 848.590,00 euros; o projeto de execução revisto e do programa de procedimento, a nomeação dos membros a integrar o júri, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos ausentou-se da sala neste ponto por incompatibilidade pessoal, não participando na discussão e votação do mesmo.-----

**Ponto 25. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - OUTRAS
. OUTRAS AÇÕES
. Processo N° 175/19.5 BECBR – TAFC - Obras de Demolição de Construção
- Escolha do Procedimento Prévio**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - OUTRAS
OUTRAS AÇÕES
PROCESSO N° 175/19.5 BECBR – TAFC - OBRAS DE DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de **consulta prévia**, uma vez que o **preço base** é de **5.500,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de consulta prévia – cf. alínea c) do artigo 19º, Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto –.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal,

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2020 pela rubrica **03.02.11.02.99** e trata-se de ação inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **15 006 2020/351**.

2. PROCESSO

Aprovar o Projeto, o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. ENTIDADES A CONSULTAR

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1, do art. 114º do D.L.111-B/2017, às seguintes entidades:

- **IHFD, Construção e Manutenção, Ld.ª;**
- **Cardoso e Figueiredo, Ld.ª;**
- **Construções Sérgio Fernandes, Unipessoal Ld.ª.**

4. DISPENSA DE CONSTITUIÇÃO DE JÚRI

Propõe-se a dispensa da constituição de júri para o presente procedimento, ao abrigo do n.º 3 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, pois tratando-se de um procedimento de consulta prévia, pode o órgão competente para a decisão de contratar, decidir que o mesmo seja conduzido pelos serviços da entidade adjudicante, não havendo lugar a constituição de júri.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
05.03.2020

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “vou-me abster porque é a primeira vez que vejo que a Câmara vai “demolir” e não sei se isso já correu todas as instâncias... acho um pouco precipitada esta situação de ir logo demolir...”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “este processo, inclusive, foi o ano passado, o Senhor já cá estava, o Município foi constituído réu, o Município e o Presidente da Câmara por correr o risco de abuso de poder de não cumprir uma obrigação administrativa e, como tal, nós tivemos que ir, para nossa defesa, para Tribunal e agora acatar uma ordem do Tribunal, que é demolir porque depois o processo tem outros contornos, que é um conflito entre os coproprietários e a serventia, portanto, por mim, “preso por ter cão preso por não ter”, desta vez deve ser por ter.

É um processo do Tribunal de Coimbra, a informação está aqui, quem acompanhou este processo foi a Eng.ª Maria José e o advogado foi o Dr. Edgar Domingues e o Senhor Vice-Presidente também tem acompanhado este processo, que é da área do urbanismo. Portanto, nós vamos avançar com a demolição.”-----

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

Deliberado, por maioria, com 6 (seis) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e CDU, e 1 (uma) abstenção do Senhor Vereador eleito pelo PPD/PSD - CDS/PP - PPM – Eng. Agostinho Gonçalves -, aprovar: a adoção da modalidade de consulta prévia pelo preço base de 5.500,00 euros; o projeto, o convite e o caderno de encargos; a consulta às entidades sugeridas e a dispensa de constituição de júri, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 26. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
 - Estudos, Pareceres e Consultadoria
 - Aquisição de Serviços na Área Jurídica
- . Abertura de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS

- EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**
 - ESTUDOS, PARECERES E CONSULTADORIA
 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA JURÍDICA
 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

I. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de consulta prévia, uma vez que o preço base é de 28.800,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso a esta figura, cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99.

O presente encargo está previsto na 2.ª Alteração Orçamental pela rúbrica 02.03.06.02.03.05 e trata-se de ação inscrita nas Grandes Opções do Plano pelo Projeto 16 003 2020/374.

2. VERIFICAÇÃO DO ARTIGO 63.º DA LEI N.º 71/2018, DE 31 DE DEZEMBRO (LOE 2019)

- N.º 1 – Uma vez que o objeto é diferente de contratualizado em 2019, não se aplica o presente normativo.

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

- N.º 5 – Conforme informação técnica, não existem recursos na Autarquia para realizar este serviço.

3. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à(s) seguinte(s) entidade(s):

- Joao Ramalhete Carvalho, Andreia Ventura, Rafael Vale e Reis & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL;
- Hugo Daniel Queiroz;
- Barbara Figueiredo.

5. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Dulce Rocha, Dra. (Presidente do Júri);
- Susana Ramos, Dra;
- Joaquim Oliveira, Eng;
- Mário Monteiro, Eng. (Suplente);
- Ivo Costa, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Dirigente Intermédio, em R/S,
(Fernando Cavacas, Dr.)
05.02.2020

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “como sabem, tem sido recorrente e, nesta área dos estudos, pareceres e consultadoria, nos serviços, quer de contratação pública, quer da parte do ordenamento do território e obras, nós não temos, e temos andado a falar da falta de juristas há muito tempo. Para dar aqui conforto a quem tem que tomar decisões, aos próprios dirigentes do Município, aos chefes de divisão e outros dirigentes intermédios, essa evidência muito sentida na área. Discuti e tratei com o Senhor Vice-Presidente a elaboração de um caderno de encargos de modo a que, pelo valor de 28.800,00 euros, até ao final do ano 2021, tenhamos o apoio, fazer uma consulta prévia a três gabinetes de advogados, que têm currículo em área polivalente ligado aos assuntos das autarquias e, portanto, é para fazermos a abertura deste procedimento.”-----

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “eu reconheço e todos nós sabemos, a carência que há na área jurídica, nomeadamente na parte das obras particulares, que é um contexto difícil, de legislação e precisamos de ter alguém que dê apoio à Divisão de Obras Particulares. Agora, reparei no caderno de encargos e vejo que o critério é o preço

***05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas***

mais baixo. Senhor Presidente, bom e barato costuma-se dizer que não é fácil. Se for mais barato e vier para cá aprender, se calhar, o apoio será pouco e nós é que teremos que dar apoio para ele aprender, mas não sei se o critério devia ser também apontar alguma experiência, alguma acreditação, currículo porque senão corremos o risco de vir para cá uma pessoa que no lugar de vir ajudar nós é que vamos ter que ajudar. É só uma opinião minha mas vou votar favoravelmente.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “nós iniciámos o mandato com esta carência e logo em 2018 abrimos concurso público para a prestação de serviços e foi usado, por uma questão de transparência, o expediente do concurso público, que se tornou inconclusivo e, também com a experiência que temos que ter, pela consulta que fizemos a outros municípios da nossa dimensão que, de facto, não se usa esse expediente do concurso público porque senão nunca mais se desembrulhava e o certo é que tivemos que suspender o concurso e já o revogamos aqui em sede de Câmara e, como tal, deliberámos a não adjudicação. Depois houve a expectativa de que conseguíamos encontrar alguém que, dentro da função pública, viesse para cá e temos andado a desenrascar, com desconforto, com atrasos, com os serviços a queixarem-se que não se sentem confortáveis para tomar determinado tipo de decisões e o Senhor Vice-Presidente, quem tem tido esta maior carga, porque as situações de urbanismo, empreitadas, a carga está mais deste lado, proteção civil... portanto, obviamente que o Senhor Vice-Presidente está por trás desta proposta porque é a área que mais tem reivindicado este apoio, selecionou, juntamente com os serviços, três currículos... houve alguns ajustamentos, por exemplo para a parte criminal, este ponto chegou a estar em ordem de trabalhos em meados de janeiro e eu disse ao Senhor Vice-Presidente que não me sentia confortável porque pretendia recorrer, caso a caso, a outros gabinetes de advogados, dentro daquilo que a lei permite. Portanto, ainda recentemente dei-vos aqui conhecimento que nomeei advogado para representar o Município e a mim próprio enquanto Presidente de Câmara, em processos que decorrem, que estão sob investigação no DIAP de Coimbra e no DIAP do Porto, aquele relacionado com os transportes. Neste momento, incidem sobre o Município cerca de 10 processos de investigação criminal e, portanto, para a área do crime eu penso que devemos escolher especialistas em área de crime, em área de direito administrativo, dei conhecimento na reunião de Câmara de um processo que pela sua dimensão e valor, que é superior a 500.000,00 euros, o processo apresentado pelo Município da Figueira para o reembolso de 50% das custas de uma ponte... implicou uma procuração específica e um trabalho específico a um determinado gabinete de advogados especialista, com créditos na praça, na área do direito administrativo. Portanto, este é para aqueles casos do dia a dia, que ficarão os serviços e os Senhores Vereadores em regime de permanência, à vontade para... está fora disto, fique aqui também ciente, tudo quanto seja ações em juízo, se irão ser estes ou outros.”-----

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

Deliberado, por unanimidade, aprovar: a adoção da modalidade de consulta prévia pelo preço base de 28.800,00 euros; a verificação do Artigo 63.º da lei n.º 71/78, de 31 de dezembro (LOE 2019); o convite e o caderno de encargos; a consulta às entidades sugeridas (João Ramalhete Carvalho, Andreia Ventura, Rafael Vale e Reis & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL; Hugo Daniel Queiroz, Bárbara Figueiredo); e júri, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 27. SAÚDE

- Plano de Contingência COVID-19

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “este trabalho, na área da saúde, foi preparado pela equipa de ação social, saúde, educação e liderada pelo Senhor Vereador Dr. Gil Soares, tendo em conta a informação que tem tido.”-----

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “este plano resulta, naturalmente, do Despacho Ministerial que saiu a semana passada e das orientações da Direção Geral de Saúde. Nós tínhamos que entregar este plano na DGAEP até sexta-feira, o que fizemos, portanto, este plano resultou do nosso trabalho interno mas também em estreita articulação com o Delegado de Saúde, que teve a última palavra sobre o mesmo e continua a ter.

Este barulho de fundo que estamos a ouvir é uma reunião que vamos ter a seguir com todas as IPSS do Concelho e com o Delegado de Saúde sobre a aplicação do Plano de Contingência nas IPSS que têm Lar ou Centro de Dia e Creche e Jardins de Infância. Estamos a ter um contacto permanente com o Senhor Delegado de Saúde.

Em termos internos, ações concretas que já estão a decorrer aqui no edifício municipal: em termos de recursos humanos, colocámos, em permanência, a equipa da limpeza, a passar pelas casas de banho, pelos gabinetes, desinfetar as maçanetas das portas; no próprio controle de assiduidade e pontualidade, enquanto este plano de contingência estiver em vigor, portanto, deixa de ser feito pela impressão digital e, até este plano ser desativado, será por forma manual, os responsáveis de cada serviço passam a estar vinculados a apresentar um mapa de controle de assiduidade; nos gabinetes que têm atendimento ao público, ter, no mínimo, um metro de distância entre o cidadão e o funcionário que está a atender; fizemos já uma primeira distribuição, em todos os estabelecimentos escolares da nossa responsabilidade, de gel desinfetante e máscaras; estamos em articulação permanente com a Direção do Agrupamento de Escolas de Soure, que também fez o seu plano de contingência. Portanto, estamos todos os dias a monitorizar, criámos um grupo cooperativo, que resulta também da lei, que é o Senhor Presidente de Câmara, eu tenho o Pelouro da

05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas

Saúde, a Dra. Carla Madeira que tem responsabilidades também nesta área e a Dra. Cristina Marta. Este grupo está, em permanência, a acompanhar as informações que vão surgindo via DGS, via Autoridade Local de Saúde Pública, com os dois Delegados de Saúde envolvidos neste processo, o Dr. José Aníbal e o Dr. Carlos Rosete.

Aquilo que posso dizer do ponto de situação, questões concretas que estão a surgir e que estamos com o Agrupamento de Escolas de Soure, na área da Educação, a avaliar, a apreciar de forma diária. Portanto, foram distribuídos estes kits nas escolas; a Senhora Diretora do Agrupamento, antes de eu vir para a reunião, fez-me sentir que é preciso reforçar, em termos de gel desinfetante, o que vamos fazer de imediato; tem havido informação, por parte de técnicos da Câmara como do Agrupamento, que já passaram em todos os estabelecimentos escolares a dar mais informação aos professores e aos assistentes operacionais para tudo funcionar bem e as medidas, essencialmente nesta fase, é higiene, higiene, portanto, é aí que estão a incidir esta informação e, portanto, a informação nas escolas, até orientação em contrário ou alguma situação que surja, tem o normal funcionamento.

O que é que está a ser restringido? Questões de visitas de estudo, estão a ser avaliadas caso a caso para o destino onde vão, portanto, há esta primeira triagem e, depois, a segunda triagem, as instruções que foram dadas aos professores, o grau de conforto que eles têm, mesmo quando não há qualquer outro obstáculo para realizar essa visita ou atividade, o grau de conforto que eles têm para o fazer, portanto, estamos a avaliar caso a caso.

IPSS, já tínhamos abordado a questão na última reunião do Plenário do CLAS. Hoje, vamos voltar a abordar. Da parte do Município, toda a disponibilidade para, em termos de apoio logístico necessário, colaborar com as IPSS; o Delegado de Saúde tem sido inexcedível no apoio que está a prestar a todo este processo; na questão do atendimento, como já disse, estamos a manter a distância mínima; estamos a fazer limpeza, de forma mais acentuada e regular; a nossa equipa de limpeza está autorizada, pelo Senhor Presidente, a fazer as horas extraordinárias que forem necessárias para manter este nível de esforço e, depois, temos a questão dos eventos municipais/eventos de coletividades. O nosso movimento associativo tem permanentes atividades e, portanto, o que estamos a fazer é um pouco caso a caso. No que diz respeito à atividade municipal, até ao momento, estamos a manter tudo porque também não temos grandes aglomerados de pessoas e não temos informação em contrário nisso, e portanto vamos mantendo, avaliando caso a caso. Quando sairmos daqui, se houver uma informação diferente, teremos que cancelar ou suspender os eventos, portanto, estamos a fazer os eventos com regularidade. Em termos de eventos de associações, temos conhecimento que algumas associações, por exemplo no próximo fim de semana a Mostra de Vinho da Vinha da Rainha foi suspensa porque a organização entendeu, não se sentiram confortáveis, terá que ser avaliado caso a caso e a realidade no Concelho de Soure é esta, não há uma orientação de “deixem de fazer, suspendam”, não temos indicações em contrário, quando as tivermos, e isto está a ser validado pelo Delegado de Saúde, atividade a atividade,

**05.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 09 de março de 2020, pelas 14,30 horas**

quer na própria escola, a Senhora Diretora do Agrupamento está em contacto permanente com o Delegado de Saúde e coloca-lhe as questões caso a caso, ele dá o seu parecer e, portanto, as instruções que ele tem dado é reforçar a questão da higiene, levar o assunto a sério porque o é, sem alarmismos, com bom senso mas com responsabilidade.

Antes de vir para aqui, recebemos uma comunicação da CIM RC que, na área da educação, tudo o que seja eventos intermunicipais - concursos de empreendedorismo, bootcamp... - está tudo suspenso. Apoiámos aqui uma visita, para abril, a Espanha, e a informação que tenho da Direção do Agrupamento é que, em princípio, não se irá realizar.

É este o ponto de situação atual, estamos em permanente avaliação.”-----

Foi tomado conhecimento.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes deu por encerrados os trabalhos às dezassete horas e cinquenta minutos.-----